

**Em política
econômica, nada é
mais importante
do que melhorar a
vida do povo**

**Coletânea de artigos elaborados
pela equipe do DIEESE em 2014**

Florianópolis, dezembro de 2014.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos
Escritório Regional de Santa Catarina

2014

*Em política econômica
nada é mais importante do
que melhorar a vida do povo*

Florianópolis, dezembro de 2014.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
O Brasil não pode ter medo de crescer	5
Tendências da economia brasileira para 2014	6
O problema do câmbio no Brasil	9
Crise cambial na Argentina: algumas observações.....	11
Os resultados do PIB e outras sutilezas	13
A realização da Copa do Mundo é uma oportunidade ímpar para o Brasil	15
Emprego formal, rotatividade e a troca da turbina.	17
Pressão inflacionária e inclusão social no Brasil.....	19
Indicadores e a percepção da sociedade	21
Lucros gigantes dos bancos e o custo do crédito no Brasil	23
A queda dos investimentos privados na economia brasileira nesse início de 2014.....	25
O Brasil e suas complexidades	29
Campanha salarial dos trabalhadores da CASAN: ótimo desfecho	31
Indicadores da economia e o pessimismo construído.....	32
Lições dos ataques à Petrobrás	35
O debate sobre os atuais indicadores no Brasil	36
Crescimento, inflação e taxa de juros	38
O problema da inflação.....	40
Economia brasileira: desafios e seu maior ativo	41
Combate à desigualdade no Brasil: compensação de atrasos seculares	43
Imenso orgulho para os brasileiros	45
Brasil, desafio imenso que vale a pena.....	47
O baixo crescimento do Brasil, no contexto mundial.....	49
Sossego financeiro em 2015	52
Condições do Brasil no contexto da crise mundial.....	53
Apostas para um 2015 melhor	55
Remessa de lucros e dividendos e os riscos da dependência de capitais externos	56
O jogo está difícil para a indústria.....	58
O desafio da superação do Subdesenvolvimento	60
Inflação de lucro/custo.....	64
O modelo socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora ²	65

País Rico com Povo Pobre: o verdadeiro desequilíbrio	67
Em política econômica, não há nada mais importante do que melhorar a vida do povo	70

APRESENTAÇÃO

Os artigos a seguir descrevem um pouco a evolução conjuntural do Brasil em 2014. Como vimos fazendo desde 2004, reunimos nesta coletânea os artigos produzidos pela equipe regional do DIEESE em Santa Catarina, às vezes elaborados com a parceria de técnicos de outros estados, ou de outras instituições, no decorrer do ano que finda. O material acaba sendo uma espécie de recapitulação da conjuntura econômica de 2014. Além disso, ao possibilitar uma reflexão sobre os acontecimentos que marcaram a economia no ano que está fechando, os artigos acabam por apontar alguns cenários para o ano que ainda não nasceu.

De tudo o que ocorreu no cenário sócio econômico brasileiro neste ano, nada foi tão importante quanto a divulgação pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), de que o Brasil reduziu em 75% a pobreza extrema. Segundo a FAO, desde 1990, o percentual dos brasileiros que passam fome caiu de 14,8% para 1,7% da população, equivalente a 3,4 milhões de pessoas. Para a ONU, percentual abaixo dos 5% indica que o país não tem mais fome estrutural, mas somente bolsões isolados de famintos. O sucesso das políticas de combate à fome estrutural ocorreu também em outros países latino americanos.

Participaram desta coletânea os técnicos: Daniel dos Passos, Mairon Edegar Brandes, Adhemar Mineiro e José Álvaro de Lima Cardoso.

Boa leitura a todos.

O Brasil não pode ter medo de crescer

Uma das questões fundamentais da economia brasileira é se, com o nível de crescimento atual, o país conseguirá manter a expansão do emprego, mesmo que crescendo mais devagar, como foi em 2013. A taxa de desemprego está estabilizada em 9,0%, na média do ano, segundo o DIEESE. A taxa de desemprego de novembro, calculada pelo IBGE, recuou para 4,6%, menor taxa desde da série histórica iniciada em 2002. Em 2014, o mercado de trabalho deve seguir razoavelmente aquecido, o que afasta a hipótese de oscilações muito significativas no emprego, tanto num sentido quanto no outro, o que é fundamental para o país.

Para o nível de geração de empregos pelo menos se manter, é fundamental a expansão do crescimento. A economia brasileira vem andando de lado nos últimos três anos, período em que o crescimento médio do PIB foi algo em torno de 2%. Tudo indica que esse cenário não se alterará significativamente em 2014. Se considerarmos o crescimento esperado para este ano (2,5%) e para 2014 (3%) a taxa de crescimento média nos quatro anos do Governo Dilma ficará em escassos 2,3%. Esse desempenho, se confirmado, não poderá ser creditado exclusivamente ao contexto internacional, pois, no período 2011 a 2013, os países emergentes cresceram à taxa de 5,3% e o mundo 3,3%.

É possível atribuir o baixo crescimento do Brasil a um conjunto de fatores. No entanto, sem dúvida a manutenção do Brasil na condição de país com a maior taxa de juros do mundo, figura como um dos principais. Os juros estratosféricos inibem o consumo e valorizam o real, atraindo capital especulativo e barateando as importações, o que afeta diretamente as nossas contas externas. No começo de 2013 o Brasil praticava as menores taxas de juros da história (menos de 2% em termos reais), caminhando em direção a confluência com as taxas internacionais. Se o país persistisse nessa mudança, no médio prazo haveria expressivos benefícios para o setor produtivo, que teria custos de obtenção do capital compatíveis com os internacionais.

Essa medida era fundamental também porque, somada a outras medidas, permitiria a redução dos preços, combatendo a inflação e estava contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira. Mas a pressão do sistema financeiro e dos “rentistas” para aumentar a Selic (com o argumento falacioso de que a inflação estava “fora de controle”) foi muito grande e o governo teve que recuar em 2013. O aumento da inflação no Brasil, no primeiro semestre de 2013, não decorreu de um problema de

excesso de demanda, e sim, pelo menos em boa parte, em função da valorização dos preços das commodities internacionais, especialmente as alimentares, o chamado “choque de oferta”. Elevação de juros para uma inflação que não advém de pressão de demanda, não funciona no controle da inflação e acaba funcionando como uma “bola de ferro” na economia, que impede que o crescimento deslanche. A sinalização do Banco Central é de que o ciclo de elevação dos juros se prolongue ainda nos próximos meses. Mas se o Brasil quiser crescer em 2014 tem que adotar as medidas adequadas e não temer a pressão dos “rentistas”.

Tendências da economia brasileira para 2014

Como estamos iniciando o ano, nos parágrafos seguintes arrisco alguns prognósticos sobre os principais indicadores econômicos para 2014, não subestimando os limites de tais projeções, por se tratar de realidade extremamente rica, que engloba muitas variáveis e está em permanente mudança.

Crescimento

A economia brasileira vem andando de lado nos últimos três anos, período em que o crescimento médio do PIB foi de 2%. Tudo indica que este cenário não se alterará significativamente em 2014. Se considerarmos o crescimento esperado para o ano passado, 2,5% (os dados definitivos ainda não foram divulgados) e para este ano (3%) a taxa de crescimento média nos quatro anos do Governo Dilma ficará em escassos 2,3%. Esse medíocre desempenho, se confirmado, não poderá ser creditado exclusivamente ao contexto internacional, pois, no período 2011 a 2013, os países emergentes cresceram à taxa de 5,3% e o mundo 3,3%. O cenário para a economia mundial é de crescimento um pouco maior para este ano, do que foi em 2013, na média, mas com variações importantes entre os países.

É possível atribuir o baixo crescimento do Brasil nos últimos anos a um conjunto de fatores. No entanto, sem dúvida a manutenção do Brasil na condição de país com a maior taxa de juros do mundo, figura como um dos principais. Os juros estratosféricos inibem o consumo e valorizam real, atraindo capital especulativo e barateando as importações, o que afeta diretamente as nossas contas externas.

Emprego e mercado de trabalho

Uma das questões fundamentais da economia brasileira é se, com o nível de crescimento atual, o país conseguirá manter a expansão do emprego, mesmo com este crescendo mais devagar, como foi em 2013. A taxa de desemprego está estabilizada em 9,0%, na média do ano, segundo o DIEESE. A taxa de desemprego de novembro, calculada pelo IBGE, recuou para 4,6%, menor taxa desde da série histórica iniciada em 2002. Em 2014, o mercado de trabalho deve seguir razoavelmente aquecido, o que afasta a hipótese de oscilações muito significativas no emprego, tanto num sentido quanto no outro, o que é fundamental para o país e para os trabalhadores.

Inflação

A previsão de inflação para 2014 é de 5,7%, segundo o Banco Central (BC), mais próxima do teto da meta fixada pela equipe econômica, de 6,5%, do que do centro (4,5%). Um dos previsíveis elementos de pressão inflacionária para 2014 são os reajustes de tarifas públicas que ficaram represados em 2013, como por exemplo, os preços da gasolina e do óleo diesel (existe uma defasagem do preço destes produtos em relação aos preços internacionais, que impacta diretamente o caixa da Petrobras e que, no caso da gasolina calcula-se em 15%). É difícil que o BC consiga fazer a inflação retornar ao centro da meta (de 4,5%), como seria aconselhável, pois o processo de indexação no Brasil ainda é bastante resistente. Além de parte da dívida pública mobiliária ser indexada à taxa Selic, boa parte dos chamados preços administrados (energia elétrica, água e saneamento, telefone, etc.) são indexados a índices gerais de preços. O mesmo ocorre com os aluguéis, contratos ligados ao setor educacional, tarifas de energia, elétrica, tarifas de telefonia e assim por diante.

Juros

Em caso de pressão inflacionária a tendência é da taxa de juros continuar aumentando em 2014, como ocorreu no ano passado. A Selic (taxa básica de juros da economia) já está em 10% ao ano, a maior taxa real do mundo e é esperado que o ciclo de aumentos dos juros, continue. Este foi um aspecto que havia mudado bastante em 2012. No começo de 2013 o Brasil praticava as menores taxas de juros da história (menos de 2% em termos reais), caminhando em direção a confluência com as taxas internacionais. Se o país persistisse nessa mudança, no médio prazo haveria expressivos benefícios para o setor produtivo, que teria custos de obtenção do capital compatíveis

com os internacionais. Mas a pressão do sistema financeiro e dos rentistas para aumentar a Selic (com o argumento falacioso de que a inflação estava “fora de controle”) foi muito grande e o governo teve que recuar em 2013. O aumento da inflação no Brasil em 2013 não decorreu de um problema de excesso de demanda, e sim, pelo menos em boa parte, em função da valorização dos preços das commodities internacionais, especialmente as alimentares, o chamado “choque de oferta”. Elevação de juros para uma inflação que não advém de pressão de demanda, não funciona no controle da inflação e acaba funcionando como uma “bola de ferro” na economia, que impede que o crescimento deslanche. A sinalização do Banco Central é de que o ciclo de elevação dos juros se prolongue ainda nos próximos meses. A previsão é de um juro real elevado em 2014, na faixa dos 4%, o maior do mundo até o momento.

Política comercial e situação externa

A dependência cada vez maior do Brasil das exportações das chamadas commodities na balança comercial (uma espécie de especialização primária com desindustrialização), somada a um déficit nas transações com Serviços levou o Brasil a fechar 2013 com déficit próximo a US\$ 80 bilhões, cerca de 3,5% do PIB. Após cinco anos seguidos de superávits, entre 2003 e 2007, em 2008 o saldo em transações correntes do Brasil voltou a ser deficitário em US\$ 28 bilhões. Em 2010 chegou a US\$ 47,5 bilhões e encerrou 2012 próximo a US\$ 80 bilhões. Além do déficit em serviços não parar de crescer desde 2008, o déficit comercial na área de produtos industriais, alcançou algo em torno dos US\$ 100 bilhões no ano passado, revelando claramente um processo de desindustrialização.

Mas não se trata apenas disso, a questão é mais grave. Pela primeira vez, desde 1995/99, praticamente não tivemos superávit em 2013, e só não tivemos déficit elevado em função das exportações "contábeis" de plataformas de petróleo realizadas pela Petrobras. É que para aproveitar benefícios fiscais, a empresa exporta contabilmente as plataformas para suas filiais no exterior, mas o equipamento não sai do país. Foram “exportadas” oito plataformas no ano passado, totalizando US\$ 6,58 bilhões a mais em exportações, evitando, dessa forma, que as contas externas fechassem com elevado déficit comercial no ano passado.

A dependência do Brasil da exportação de commodities é agravada pelo fato de que, no contexto internacional atual a tendência é de uma reversão dos preços de produtos minerais (menos petróleo), algo que é cíclico, portanto esperado, mas que é grave em

função da dependência que a balança comercial brasileira tem hoje destes produtos. Estamos longe de uma crise cambial iminente (como quer parte da mídia), mas os caminhos que o Brasil tem adotado na área externa são bastante preocupantes e este é um grave problema a ser enfrentado em 2014.

O problema do câmbio no Brasil

O ano de 2013 foi, a exemplo dos dois anteriores, difícil para a economia brasileira. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), possivelmente, não alcançou 2,5%, com expansão de crescimento diferenciada entre os setores, e nas contas em transações correntes do balanço de pagamentos, acendeu uma luz amarela (pelo menos, pois os dados do Banco Central até novembro de 2013 registram um déficit de 3,6% do PIB, contra 2,2% do ano anterior no mesmo período). A economia apresentou retração de 0,5% no terceiro trimestre. Esse desempenho não poderá ser creditado exclusivamente à conjuntura mundial internacional, pois, no período 2011 a 2013, os países emergentes cresceram à taxas em torno de 5,3%, e o mundo 3,3%.

Não obstante as críticas dos setores conservadores e o esforço que o governo vem fazendo para aumentar a taxa de investimento na economia, o consumo das famílias tem sido o principal vetor do crescimento, respondendo por quase 70% do crescimento do PIB desde 2009 até 2012 (no ano passado, até o terceiro trimestre, este percentual foi de 62%). Daí a importância crucial do crescimento do emprego, que vem se mantendo, apesar do baixo crescimento no último triênio, e da renda. Entretanto, uma boa parte da expansão do consumo das famílias vem sendo suprida por importações, o que é um problema bastante grave, não apenas por impactar a balança comercial, mas porque o crescimento potencial advindo do aumento da renda não se transmite de forma mais robusta ao crescimento do PIB, fazendo o crescimento patinar em níveis baixos.

O setor agrícola obteve uma produção de grãos recorde na história em 2012, que atingiu 188,2 milhões e crescimento de 16,2% segundo o IBGE. Esta é a maior produção agrícola da série histórica iniciada em 1975, fato muito importante, sendo que a área colhida aumentou 8,1%, chegando a 52,8 milhões de hectares.

A indústria, por sua vez, não conseguiu engatar uma retomada que compensasse, pelo menos, dois anos medíocres, como foram os anteriores. A produção física da indústria de transformação no Brasil, no acumulado até setembro, cresceu 2% em

relação ao mesmo período de 2012. É uma melhora em relação ao que vinha ocorrendo com a indústria, mas abaixo do que deveria ser para imprimir dinamismo à economia como um todo. Uma das razões do fenômeno é que, como dito anteriormente, parte do crescimento do consumo das famílias (ancorado no aumento do emprego e da renda) tem vazado para o exterior, ou seja, tem sido suprido com importações. Tanto é verdade que, até setembro, a balança comercial dos bens tipicamente produzidos pela indústria de transformação apresentou déficit recorde para os primeiros nove meses do ano de US\$ 49,4 bilhões.

Este saldo negativo da indústria contribuiu bastante para que, no ano passado, a balança comercial brasileira tenha registrado superávit de apenas US\$ 2,5 bilhões, muito inferior ao resultado registrado em 2012 (superávit de US\$ 19,39 bilhões, já bastante reduzido se comparado aos números do período, a partir de 2003). As exportações (US\$ 242,2 bi) tiveram redução de 1,0% em relação a 2012 e as importações (US\$ 239,6 bi), alta de 6,5%. Outra grande responsável por este resultado pífio da balança comercial foi a chamada Conta Petróleo, cujo déficit passou de US\$ 5 em 2012 para US\$ 20 bilhões no ano passado.

As dificuldades no comércio exterior não se resolverão sem ajustes importantes no câmbio. A desvalorização do real ocorrida nos três primeiros anos do Governo Dilma (cerca de 20%) foi importante, mas é insuficiente. Alguns estudiosos definem a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” em torno de R\$ 3,00, o que implicaria uma desvalorização do real bastante expressiva. Mesmo que houvesse determinação política para realizar o ajuste cambial, a sua operação não é trivial. Desvalorização do câmbio pode significar, por exemplo, no curto prazo, elevação da inflação, problema que continuará na agenda em 2014, de forma bastante “politizada” inclusive.

Não há no conjunto da sociedade (nem entre os economistas) a compreensão de que é fundamental que o país tenha uma taxa de câmbio competitiva que possibilite o enfrentamento da concorrência internacional e reverta o processo de desindustrialização na área de produtos finais, aparentemente em curso a julgar pelos números da balança comercial industrial. Câmbio apreciado, combinado com juros elevados é uma opção perigosa que pode conduzir o país a uma crise no balanço de pagamentos. Além disso, uma coisa leva a outra, já que os juros altos aqui dentro atraem capitais especulativos que servem ao mesmo tempo para mitigar o problema do déficit do balanço de pagamentos, mas também para forçar para cima o valor do real, contribuindo para a valorização cambial.

Crise cambial na Argentina: algumas observações

Há algum tempo os mercados financeiros latino americanos vêm sendo sacudidos por turbulências cambiais. Na Argentina, no final de janeiro a desvalorização do peso foi drástica, com queda da cotação da moeda em 11% em um só dia, a maior desvalorização ocorrida nos últimos 12 anos no país. Em dois dias a cotação oficial do dólar saltou de 6,8 pesos para 8 pesos. O governo vinha, nos dois anos anteriores, endurecendo no controle do câmbio. Em outubro de 2011 definiu que quem quisesse adquirir dólares na Argentina teria de pedir autorização à Administração Federal de Ingressos Públicos (Afip), e comprovar que tinha pesos suficientes para realizar a troca. Limitando ainda mais as operações de câmbio, em 2012 o governo definiu que só podia comprar dólares quem viajasse ao exterior. Posteriormente, apertou ainda mais com a proibição de uso dos cartões de débito argentinos exterior e taxando em 35% as operações com cartão de crédito no exterior.

Para enfrentar as turbulências, no dia 24 de janeiro o governo argentino liberalizou algumas das mencionadas medidas de controle de câmbio, que havia tomado nos últimos dois anos para controlar a fuga de dólares. As medidas de janeiro procuram aliviar um pouco as mencionadas restrições adotadas nos últimos anos. O governo liberou a compra de dólares por argentinos pelo câmbio oficial, que havia sido proibida em julho de 2012 e reduziu o imposto incidente nas compras com cartão de crédito no exterior, que passou de 35% para 20%.

A crise cambial na Argentina impacta as relações comerciais com os vizinhos, sobretudo com o Brasil, pela magnitude do comércio entre os dois países. Com a desvalorização de janeiro, tem-se uma série de impactos sobre a economia argentina, a começar pelo risco de elevação da inflação, que já é um grave problema no país vizinho. Ademais, a desvalorização, de imediato torna a produção local mais competitiva internacionalmente, em função da redução dos preços em dólar. Por outro lado as importações ficam imediatamente mais caras, o que pode causar uma substituição de importados por produtos argentinos. O que é complicado para o Brasil, que exporta grande quantidade de produtos industriais para a Argentina.

Apesar da Argentina, neste momento, estar no olho do furacão, nos últimos meses a pressão cambial ocorreu em vários países da América Latina. No ano passado o real se

desvalorizou 12,96%. No Chile, o peso desvalorizou 8,97%; na Colômbia, 8,63% e no Peru o sol caiu 9,21%. Em parte, o problema está relacionado à queda do preço das commodities, que ocorre com os metais e com os produtos agrícolas, e que afeta o subcontinente como um todo. A crise é continuidade do estouro financeiro de 2007/2008 e o centro da turbulência é a expectativa de alta dos juros nos EUA. Com a expectativa desta alta, os capitais especulativos que haviam se alojado nos países emergentes para especular com as taxas de juros e a cotação das moedas, retornam para os papéis do Tesouro estadunidense. Nos últimos anos, com a rentabilidade negativa nos produtos de renda fixa dos EUA, os capitais acorreram em massa nos mercados de países emergentes e passaram também a investir no mercado de commodities. Com a possibilidade de maior rentabilidade no mercado financeiro estadunidense, esta tendência mudou.

Nesta altura não se pode prever exatamente os efeitos da crise sobre o Brasil. É possível que grandes empresas, que vinham se financiando com crédito internacional, tenham problemas, em decorrência da elevação súbita da dívida. Mas a retomada do crescimento na economia dos EUA, e a ainda discreta recuperação de algumas economias da Europa, são aspectos importantes, na medida em que a economia brasileira costuma reagir bem à retomadas do crescimento na economia mundial. Ademais, a desvalorização cambial ocorrida em 2013 (de quase 13%), melhorou a posição relativa da indústria de manufaturados, que vinha sofrendo com a sobrevalorização cambial, que, dentre outras razões, tem implicados em grandes déficits na balança comercial industrial.

A crise cambial atual eclodiu num período ruim para a economia brasileira, do ponto de vista das transações com o exterior. O saldo na balança comercial poderia ter sido negativo no ano passado se o Brasil não tivesse contabilizado a exportação das 7 plataformas e navio-plataformas de exploração de petróleo e gás para empresas sediadas no exterior. Nas transações correntes do balanço de pagamentos o Brasil fechou 2013 com déficit de US\$ 81,3 bilhões, 3,66% do PIB. Além do déficit em serviços não parar de crescer desde 2008, o déficit comercial na área de produtos industriais, alcançou US\$ 105 bilhões no ano passado, o mais elevado da história.

Os resultados do PIB e outras sutilezas

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,3% em 2013, segundo o IBGE, atingindo R\$ 4,84 trilhões. O resultado é superior ao ano passado (1%) e ficou abaixo do primeiro ano do governo Dilma (2,7%). O produto foi puxado, principalmente, pela agropecuária, que expandiu 7%, com crescimento das principais culturas, que apresentaram expressivos ganhos de produtividade. Os investimentos, medidos pela formação bruta de capital fixo (FBCF), cresceram 6,3%, alavancados pela expansão da produção interna de máquinas e equipamentos. Com a expansão, a taxa de investimentos chegou a 18,4%, ainda muito baixa (a balança comercial de janeiro/14 mostrou um aumento nas importações de bens de capital, o que pode sugerir certa retomada da indústria nacional para os próximos meses). O consumo das famílias subiu, pelo décimo ano seguido, 2,3% (este é um dado que merece atenção: são 120 meses de crescimento ininterrupto, temos novos protagonistas na sociedade brasileira).

Até o dia da divulgação dos números do PIB (27.02), apenas 13 países haviam divulgado os seus respectivos números. Da lista, apenas China (7,7%) e Coreia do Sul (2,8%) apresentaram crescimento superior ao do Brasil, informação relevante para contextualizar internacionalmente os números divulgados. Da referida lista, Estados Unidos cresceu 1,9%, Alemanha (0,4%), França (0,3%), Japão (1,6%) e Reino Unido (1,9%), África do Sul (1,9%). Espanha (-1,2%) e Itália (-1,9%) apresentaram queda na zona do euro. A média, na América Latina foi de apenas 1,1% de crescimento.

A melhoria do investimento no ano passado – cuja sustentabilidade ainda é um ponto de interrogação – vem ocorrendo num ambiente onde a desigualdade continua diminuindo, e o emprego continua em ascensão. Segundo a PED-DIEESE, a taxa de desemprego total chegou a 9,5% em janeiro último, abaixo da taxa de janeiro de 2013 (9,9%), ou seja, o desemprego continua recuando. Além disso, o rendimento médio real dos ocupados, em 2013, aumentou 1,5% e nos últimos 12 meses, findos em dezembro de 2013, a massa de rendimentos reais dos ocupados ampliou-se em 2,5%, resultado do crescimento do nível de ocupação e do rendimento médio.

Os números do PIB brasileiro foram divulgados após alguns dias em que veio a público um extenso relatório enviado pelo FED (Banco Central dos EUA) ao Congresso estadunidense, que classificou a economia brasileira como a segunda mais vulnerável entre os países emergentes. À frente apenas da Turquia e atrás de nações como Índia, Indonésia e África do Sul. Segundo o documento, a fragilidade reside em aspectos como

inflação em alta e crescimento econômico baixo. A avaliação surpreendeu a alguns, pois foi a mais grave crítica à economia brasileira em muito tempo, vinda do FED. O documento motivou, por parte do Senado Brasileiro, inclusive, um voto de repúdio.

O Brasil, que em determinado momento, valorizou excessivamente as opiniões positivas sobre a economia brasileira vindas dos países centrais, agora paga o preço da repercussão exagerada das análises negativas, que vêm carregadas de intenções “eleitorais”, para dizer o mínimo. Este tipo de documento, geralmente carece de consistência técnica e, muitas vezes, tem função meramente política na pesada disputa internacional. Se sabe que o Brasil tem importantes problemas econômicos que devem ser encarados com muita determinação. No entanto, o nível de vulnerabilidade da economia brasileira hoje é menor que boa parte dos países chamados centrais. O Brasil é, por exemplo, o terceiro maior detentor de reservas no mundo, atrás apenas da China e Rússia. O nível de endividamento em relação ao PIB (indicador de solvência e capacidade de pagamento), por outro lado, é muito inferior ao que se observa em todos os países desenvolvidos.

O documento do FED, que está longe de trazer novidades, em se tratando de textos deste teor, sugere ao governo aumentar as políticas “ortodoxas”, o que, na prática, significa reduzir os gastos em políticas públicas e aumentar o superávit primário. Reivindicação recorrente dos credores da dívida pública, que já levam uma generosa fatia do PIB nacional, superior a 5%.

Neste ano em que a exposição do Brasil será ainda maior por conta da Copa do Mundo e das eleições, os ataques à política econômica e a símbolos de um projeto mais soberano de desenvolvimento do país, tendem a estar sempre presentes. O jogo é muito pesado e trás inúmeras sutilezas. Por exemplo, deve-se intensificar os ataques contra o Mercosul, especialmente nestes dias de anúncio da Aliança do Pacífico (liderada pelo México com o apoio dos EUA e Espanha). Claro que, em nenhum momento será levado em conta que é para os países do Mercosul que o Brasil consegue exportar produtos industriais e que, somente Argentina e Venezuela, dois países demonizados pelos meios de comunicação dos países centrais, garantiram ao Brasil um superávit de US\$10 bilhões em 2013, que evitou que o país apresentasse um déficit histórico em sua balança comercial.

A realização da Copa do Mundo é uma oportunidade ímpar para o Brasil

A realização da Copa do Mundo, ou das Olimpíadas, para qualquer país, é um acontecimento desejado, raro e histórico. Tanto é verdade que o Governo da China está concentrando esforços para sediar o evento daqui a algumas décadas, mesmo que o futebol esteja longe de ser o principal esporte do país. A França está lutando para ser sede da Olimpíada em 2024. O Japão, que venceu a disputa para sediar a Olimpíada de 2020, está enxergando na realização do evento a oportunidade de retomar o crescimento e recuperar prestígio geopolítico na Ásia, cada vez mais ocupada pela projeção, em todos as dimensões, da China. Estudos internacionais indicam que eventos da magnitude da Copa do Mundo proporcionam ganhos enormes, apesar de não mensuráveis, como o aumento da autoestima da população e da imagem do país no exterior, o que pode representar, nos anos seguintes à realização, grande aumento do afluxo de turistas, maior atração de investimentos estrangeiros e expansão da visibilidade internacional.

A discussão acerca da realização da Copa do Mundo no Brasil, tem sido dominada pela paixão, desinformação (inclusive de aspectos básicos do assunto), e má fé. Os equívocos no debate têm sido muitos. Evidente que uma parcela expressiva das informações incorretas não decorrem de ignorância, mas são veiculadas por pura má intenção ou razões políticas, muitas vezes inconfessáveis. Uma parte da paixão existente no debate, decorre de que no Brasil, o futebol representa mais do que mero esporte, é parte constitutiva da própria identidade nacional. Como vivemos numa democracia (que precisa ainda melhorar muito), as críticas e o aprofundamento do debate são sempre fundamentais. Porém, como contribuição para a discussão, listo algumas boas razões para o país desejar sediar a Copa do Mundo:

1ª) A Copa do Mundo é um megaevento de interesse e repercussão mundial, disputado por todos os países que têm estratégias de desenvolvimento e assistida por dezenas de países e por mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. Os ganhos econômicos são evidentes. Para a Copa no Brasil são esperados 600 mil turistas estrangeiros, que deverão aportar cerca de R\$ 6,8 bilhões durante os 30 dias do Mundial. Além disso, a Embratur estima que circularão três milhões de turistas brasileiros durante a Copa, que vão injetar R\$ 18,35 bilhões na economia. Segundo estudo da empresa Ernst & Young os setores de turismo e serviços irão movimentar cerca de R\$ 142 bilhões na economia entre 2010 e 2014, 2,9% do PIB do ano passado. Segundo o referido estudo, o Mundial

deverá gerar um crescimento da arrecadação de tributos para União, Estados e municípios na ordem de R\$ 18,1 bilhões. A empresa de consultoria avalia ainda que a Copa vai gerar um acréscimo no PIB de 0,4% até 2019, com a elevação dos investimentos públicos e privados;

2ª) Ainda que seja difícil estimar um número preciso, está havendo um aumento na geração de empregos, desde o início da preparação da Copa, em função dos serviços relacionadas ao evento. Em 2010, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) previa que a Copa iria gerar 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos ao ano, num total de 14 milhões até 2014. Incremento de empregos indiretos são sempre mais difíceis de calcular, mas o país vive o melhor momento de sua história em geração de empregos e nesse processo, certamente houve a contribuição das obras do Mundial. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), somente na Copa das Confederações no ano passado, mais de 900 empresas estrangeiras visitaram o Brasil durante o torneio. Aliás, o problema do Brasil, neste momento, é até a falta de mão de obra em algumas regiões do país, especialmente qualificada para atender certas especialidades;

3º) Há uma grande confusão sobre os gastos com a Copa, em boa parte fomentada por quem torce contra o país. O evento vai significar um gasto de quase 26 bilhões de reais. Para a construção das arenas multiuso (estádios) serão destinados 8,9 bi, cerca de 34% desse valor. Cerca de 65% dos gastos da Copa serão para infraestrutura de todo o tipo, serviços e qualificação da mão de obra. Os gastos com aeroportos (6,7 bi), quando somados aos gastos da iniciativa privada, serão maiores que o gastos com os estádios (2,8 bi até 2014). Somente com segurança pública, qualificação da força de trabalho e outros serviços serão investidos quase 2 bilhões. O fato é que, possivelmente, nenhum recurso público tenha sido tão fiscalizado quanto os recursos destinados ao Mundial de Futebol. No aspecto do controle da qualidade do emprego, foi criado um Grupo de Trabalho na OIT (Organização Internacional do Trabalho), que também acompanha as atividades relacionadas à Copa do Mundo. Esses números estão à disposição nos portais do Governo Federal, e no site oficial da Copa 2014, portal da Transparência;

4º) Os recursos que estão sendo investidos no evento não têm origem somente no setor público, mas são de várias origens como a Confederação Brasileira de Futebol, construtoras, bancos e empresas privadas. Os investimentos do governo federal são, como vimos, principalmente em obras de mobilidade urbana, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que estavam já previstas antes da Copa. Mesmo

que algumas obras não fiquem pronta até a Copa, os viadutos, aeroportos, acessos e universidades ficarão a serviço da população durante muitas décadas. Os estádios que estão sendo construídos são arenas multiuso, destinados a jogos, feiras, congressos, eventos em geral. Nestas arenas haverá academias, agências bancárias, farmácia, estacionamento. O espaço servirá para eventos esportivos e não esportivos, casamentos, festas;

5º) A Copa - assim como os Jogos Olímpicos – é um momento privilegiado para começar a tornar o Brasil uma potência esportiva, como já ocorreu com países que sediaram estes eventos anteriormente (aliás, o Brasil acabou de ganhar os 10º Jogos Sul-Americanos realizados no Chile com a participação de 14 países que integram a Organização Desportiva Sul-americana, sem quase nenhuma repercussão na mídia). É o momento também de utilizar esses eventos para disseminar na sociedade a ideia das práticas físicas e esportivas como formas de manter e melhorar a saúde. Um aspecto importante, nesse sentido, é o fato de que o governo está construindo cinco mil quadras esportivas e cobrindo cinco mil quadras em escolas públicas de todo o país. Isso vai possibilitar, inclusive, a democratização da vida em geral no país;

6º) Desde final de 2011 vêm sendo inauguradas obras de mobilidade urbana em todo o país. Segundo previsão do governo, 90% das obras previstas na chamada Matriz de Responsabilidade irão ficar prontas até a Copa. Várias obras previstas no PAC foram antecipadas em função da Copa do Mundo. Mesmo que algumas obras não fiquem prontas até a Copa, as estruturas vão permanecer no país durante muitas décadas. Por exemplo, a previsão é de que a capacidade dos aeroportos nas 12 cidades-sede, deve dobrar, passando de 81,7 milhões de passageiros, em 2011, para 167,4 milhões de passageiros nas 12 sedes. Por essas e outras razões que não cabem neste espaço, a Copa do Mundo é uma oportunidade histórica para acelerar o desenvolvimento e a distribuição de renda no Brasil.

Emprego formal, rotatividade e a troca da turbina.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED-MTE) o emprego formal no Brasil, nos últimos 12 meses, cresceu 2,5%, pouco mais de 1 milhão de novos postos de trabalho. Em Santa Catarina, um dos estados onde o emprego formal mais cresceu no período referido, a expansão do emprego foi de 4,3%,

o equivalente a um saldo líquido de 84.000 novos postos de trabalho. Nos últimos anos, o número de empregos formais em Santa Catarina vem crescendo acima do ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Não por acaso, a taxa de desocupação medida pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD-IBGE) em Santa Catarina, apresentou queda entre 2011 e 2012. A referida taxa em 2012 foi de 3% em Santa Catarina (último dado disponível), o que significa um contingente de 103 mil pessoas desocupadas que estavam à procura de emprego por ocasião da pesquisa.

O termo pleno emprego, em economia, se refere à utilização de todos os fatores disponíveis (trabalho e capital, por exemplo) a preços de equilíbrio. Geralmente se utiliza esta expressão pensando em pleno emprego do fator trabalho, isto é, o pleno emprego de trabalhadores. Uma situação de pleno emprego no mercado de trabalho representa um ambiente em que todos os trabalhadores que aceitem receber os chamados “salários de equilíbrio” estão empregados. Apesar de o Brasil estar, em termos de mercado de trabalho, no melhor momento da sua história, não podemos afirmar que o país tem pleno emprego. A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, por exemplo, revela que existe, ainda, uma taxa de desemprego em torno dos 10% no país.

O certo é que, independentemente do debate conceitual sobre a existência ou não de pleno emprego, a situação do mercado de trabalho brasileiro e catarinense é a melhor da história. Não parece que teremos um esgotamento dessa tendência no curto e médio prazo. Está havendo, por exemplo, um aumento na geração de empregos, desde o início da preparação da Copa do Mundo, em função dos serviços relacionados ao evento, conforme previram alguns estudos relacionados ao assunto. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou, em 2010, que a Copa iria gerar 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos ao ano, num total de 14 milhões até 2014. O problema do Brasil, neste momento, é a falta de mão de obra em algumas regiões do país, especialmente a qualificada para atender certas especialidades, como é o caso de Santa Catarina.

Outros fatores contribuem para a geração de empregos. Os investimentos, medidos pela formação bruta de capital fixo (FBCF), cresceram 6,3% em 2013, alavancados pela expansão da produção interna de máquinas e equipamentos. A balança comercial de janeiro/14 mostrou um aumento nas importações de bens de capital, o que pode sugerir certa retomada da indústria nacional para os próximos meses. Um detalhe fundamental é que segundo os dados do PIB de 2013, o consumo das famílias subiu, pelo décimo ano seguido, 2,3%. Este é um dado que não pode ser desconsiderado: o país apresenta 120

meses de crescimento ininterrupto do consumo das famílias, temos novos protagonistas na sociedade brasileira.

Claro que a qualidade do emprego no país ainda é muito baixa. A rotatividade de trabalhadores, por exemplo, é absurda, como mostram os dados de Santa Catarina: para gerar 84.000 postos de trabalho, as empresas contrataram em 12 meses 1.287.000 trabalhadores e demitiram 1.203.000. Reduzir a rotatividade do trabalho e a desigualdade da sociedade brasileira são pré-requisitos para a elevação da própria produtividade. Com a significativa desigualdade de renda, com grandes levas de trabalhadores, inclusive, com baixos níveis de escolaridade, há um reflexo na própria estrutura produtiva, que é desigual e precária no país. É um círculo vicioso: empregos com produtividade baixa possibilitam baixos salários, fenômeno que se reproduz ao longo dos anos.

É preciso fazer muita coisa ao mesmo tempo: investir em educação básica, em formação profissional, cuidar do câmbio, aumentar salários, cuidar das contas externas, fazer planejamento de longo prazo. Como enfrentamos duas décadas perdidas para o crescimento (1980 e 1990), não tem outra saída: o país tem que trocar a turbina do avião em pleno voo.

Pressão inflacionária e inclusão social no Brasil

Descontada a utilização político-eleitoral dos indicadores macroeconômicos, a inflação apresenta trajetória preocupante no Brasil. Em março, por exemplo, a variação do custo de vida no município de São Paulo foi de 0,81%, segundo cálculo do DIEESE (ICV-DIEESE). A taxa supera a de fevereiro – que ficou em 0,61% - em 0,20 ponto percentual (p.p.). Os grupos que mais influenciaram a taxa deste mês foram Alimentação (1,83%), Transporte (0,93%), Despesas Pessoais (0,51%) e Habitação (0,29%), os quais, juntos, contribuíram com 0,78 p.p. no cálculo da taxa de março, segundo o setor de cálculo da inflação no DIEESE.

Pelos dados do Índice do Custo de Vida (ICV), observa-se que, em 12 meses, até março, quatro dos 10 grupos que compõem o índice, tiveram variações superiores ao índice geral (6,78%): Saúde (11,24%), Despesas Pessoais (9,19%), Educação e Leitura (9,01%), Despesas Diversas (8,99%) e Alimentação (7,56%). No grupo Saúde (11,24%), os medicamentos e produtos farmacêuticos apresentaram alta acumulada de

5,83%, menor do que a registrada no subgrupo assistência médica, 12,45%, que foi pressionado pelos aumentos nas consultas médicas (13,65%) e seguros e convênios (12,27%). Nas Despesas Pessoais (9,19%), a maior alta foi registrada em fumo e acessórios (12,45%), e em menor intensidade, em higiene e beleza 5,86%. Na Alimentação (7,56% em 12 meses), houve aumento em todos os subgrupos: produtos *in natura* e semielaborados, 8,48%; indústria da alimentação, 5,25% e alimentação fora do domicílio, 9,31%.

Apesar do Brasil ainda estar dentro da meta inflacionária (quase no teto, pelo índice oficial de inflação, o IPCA), o problema requer atenção porque a pressão inflacionária ocorre num momento em que a economia cresce relativamente pouco. Enquanto o crescimento da economia global está projetado, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), para 3,6% neste ano e 3,9% no ano que vem, no Brasil as projeções estão em 1,8% em 2014 e 2,7% em 2015. O crescimento previsto do Brasil é bem inferior à média dos países emergentes calculado pelo FMI: 4,9% em 2014 e 5,3% em 2015. Ou seja, o Brasil está com um *mix* perigoso de indicadores: baixo crescimento com inflação perigosamente em elevação. Reconhecer que isso é um problema não significa, evidentemente, admitir que haja qualquer tipo de descontrole inflacionário. Mesmo porque, a última década foi o período mais longo de inflação baixa de toda a história do Brasil.

Ademais, em boa parte, a pressão inflacionária decorre uma virtude da política econômica brasileira: a mudança da estrutura de distribuição de renda e a inclusão de milhões de brasileiros, nos últimos anos, no processo de consumo. São milhões de pessoas que passaram a adquirir mais bens, a andar de avião, a acessar o sistema de crédito e consumir mais serviços. Pressionando, portanto, o preço de alguns produtos e, especialmente, serviços, aos quais este segmento da população passou a ter acesso. Neste momento, a demanda vem sendo garantida pelo aumento da renda e do consumo, que continua sendo incrementada pelo salário mínimo e pelos ganhos reais nas negociações (que continuaram no primeiro quadrimestre, mais ou menos no mesmo ritmo verificado em 2013).

Vale lembrar que, segundo os dados do Produto Interno Bruto (PIB), o consumo das famílias subiu, pelo décimo ano seguido em 2013 (2,3%). Ou seja são 120 meses de crescimento ininterrupto, o que certamente colocou o padrão de consumo das famílias brasileiras em um outro patamar. Como a taxa de investimentos não cresceu no mesmo ritmo certamente existe aí um desequilíbrio entre oferta e demanda que, em parte, é

suprido por importações, e, em outra parte, responde por uma fatia da pressão inflacionária.

Indicadores e a percepção da sociedade

Falar mal do Brasil virou esporte predileto de muitos no Brasil e no mundo. A mídia internacional fala mal do Brasil e tudo que venha dele, nunca se criticou tanto o país nas redes sociais quanto agora. Alguns brasileiros, considerados “celebridades”, com amplo espaço na mídia mundial, desancam o país à vontade. Na mídia mundial, principalmente em alguns países europeus, há uma verdadeira campanha contra o Brasil. Preferido da grande imprensa mundial e dos investidores, há alguns anos atrás, o Brasil passou à condição de país em que nada funciona, tudo é ruim e precário, campeão da corrupção e da violência, sem nenhuma preocupação pelo meio-ambiente e com os pobres. O que se lê nas abordagens, muitas vezes, é um amontado de bobagens, de desinformação, de grosseria e desprezo. Conforme alguém já falou, a opinião pública foi sequestrada por uma espécie de “denuncismo conservador”.

Os exemplos são inúmeros, mas pode-se ilustrar com o tratamento dado à Copa do Mundo, dentro e fora do país. É acontecimento desejado, raro e histórico, perseguido por todos os países. Estudos internacionais indicam que eventos da magnitude da Copa do Mundo proporcionam ganhos enormes, como o aumento da autoestima da população e da imagem do país no exterior, o que pode representar, nos anos seguintes à realização, grande aumento do afluxo de turistas, maior atração de investimentos estrangeiros e expansão da visibilidade internacional. Ao invés de destacar o óbvio, os críticos transformaram esta conquista histórica do Brasil num acontecimento negativo e pernicioso para o país.

Não se trata de querer impedir críticas ao país e/ou governos, que são inerentes à democracia. Mas, no sistema democrático, um princípio elementar é o direito ao contraditório na veiculação da notícia. Este processo de ataques sistemáticos ao Brasil, vindo de vários setores, levou claramente, a um distanciamento entre os indicadores econômicos e sociais objetivos, e a percepção da sociedade. Nunca se criticou tanto o Brasil e sua economia, o que é surpreendente, num momento em que os indicadores, possivelmente, sejam os melhores da história. Este distanciamento, que não é casual, é gravíssimo, na medida em que pode induzir os diferentes atores sociais a estratégias

equivocadas, por estarem baseadas em informações erradas.

O pessimismo dominante em alguns meios não encontra guarida nas informações econômicas objetivas. Por exemplo, se, de fato, a taxa média de crescimento do PIB dos últimos anos (2%), realmente é baixa, a informação deve ser contextualizada. Porque a maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos pouparia o crescimento da sétima economia do mundo? O resultado do PIB de 2013 (2,3%), foi baixo, mas ficou acima das expectativas da maioria dos analistas e, no G-20, foi o 9º maior crescimento, superior aos EUA (1,9%), Zona do Euro (-0,4%), Japão (1,6%), Alemanha (0,4%), Rússia (1,3%), e México (o atual “país modelo” dos investidores, 1,1%). Além disso, 2% a 3% de crescimento de PIB ao ano é razoável se você tem a menor taxa de desemprego da história e se a renda das famílias está aumentando.

Será que vai tão mal assim uma economia em que o consumo das famílias sobe, ininterruptamente, durante 120 meses seguidos, como constatou o IBGE nos dados das contas nacionais de 2013? Este processo explica, inclusive, a pressão sobre a inflação, ou seja, em parte, a pressão inflacionária decorre uma virtude da política econômica brasileira: a mudança da estrutura de distribuição de renda e a inclusão de milhões de brasileiros, nos últimos anos, no processo de consumo.

Em 2013, só um país cresceu mais a agricultura que o Brasil no G-20: os EUA (16,4%). A agricultura brasileira cresceu 7%. Vários países, inclusive, viram a sua agricultura decrescer como Coréia do Sul, Alemanha, França, Rússia e o Reino Unido (-4,1). Já pensou se Brasil a agricultura tivesse retraído em 2013 como ocorreu nos países mencionados? O mundo viria abaixo. Enquanto o mundo se desmancha no desemprego (a Europa tem 26 milhões de desempregados), entre 2008 e 2013, o Brasil gerou 11 milhões de empregos formais, reduzindo a taxa de desemprego e aumentando fortemente a formalização. Pela medição do IBGE a taxa de desemprego em abril caiu para 4,9%, o menor índice da série histórica para esta época do ano. A média salarial do país, embora ainda seja baixa, chegou a dois salários mínimos, o que significou uma expressiva mudança na inserção social e econômica de milhões de pessoas.

Dentre outras razões, é este crescimento do emprego que tem possibilitado a redução da pobreza no país. Entre 2003 e 2012, enquanto o PIB do país cresceu 40%, a renda dos 10% mais pobres aumentou 206% graças às políticas sociais desenvolvidas. O PIB cresce a 2% mas se isso melhora a vida do povo, é o mais importante. Em boa parte tem contribuído para isso o salário mínimo, que nos últimos 10 anos teve ganho real acima de 70%. Isso não significa nada pra quem ganha 10 salários mínimos, mas é espetacular

para quem está na base da pirâmide social.

Por que essa tão grande diferença entre a percepção da população e os dados objetivos da economia? Do ponto de vista mais imediato há muita desinformação e superficialidade. Mas o processo eleitoral brasileiro é de grande interesse no mundo, não só aqui dentro do país. Além disso, o ataque sistemático que a Petrobras vem sofrendo, por exemplo, não decorre apenas da disputa eleitoral deste ano, mas tem também um aspecto de disputa comercial muito grave, onde simplesmente o inimigo são as gigantes internacionais do petróleo. De certa forma, os ataques contra o Brasil vindos da mídia internacional, e dos analistas localizados nos países dominantes e no interior do país, é uma espécie de recado velado: “ponha-se no seu lugar de país periférico e dependente”.

Lucros gigantes dos bancos e o custo do crédito no Brasil

Recentemente o DIEESE divulgou análise do desempenho dos seis maiores bancos em atividade no Brasil em 2013. Os números impressionam. O total de ativos dos seis maiores bancos em atividade no país (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e HSBC) alcançou R\$ 4,8 trilhões, equivalente ao PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas no país) do Brasil no ano passado. O patrimônio líquido das seis instituições mencionadas expandiu 8,5% em 12 meses, chegando a R\$ 315 bilhões.

No que se refere à oferta de crédito, os destaques foram a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que juntos, responderam, por 48,1% do total das operações de crédito realizadas nos seis maiores bancos no ano passado. Nos bancos privados nacionais (Bradesco e Itaú), houve um razoável crescimento do crédito, 12,3%, e nos privados estrangeiros (Santander e HSBC), a carteira de crédito também cresceu, mas bem menos (8,9%).

Em termos de lucro líquido o destaque no ano ficou por conta do Itaú, R\$ 15,8 bilhões, alta de 12,8% em relação ao ano anterior (num ano em que o PIB cresceu 2,3%). Este foi o maior lucro obtido por um banco na história do sistema financeiro nacional. O Banco do Brasil, obteve lucro quase tão elevado quanto o Itaú (R\$ 15,7 bilhões), tendo apresentado o maior crescimento do lucro líquido, alta de 29,1% em relação ao ano anterior.

A rentabilidade média sobre o patrimônio líquido nos seis bancos ficou em 18% e as

receitas de prestação de serviços e cobrança de tarifas, continuaram crescendo em 2013, tendo atingido R\$ 96,4 bilhões. Estas receitas, apesar de serem consideradas secundárias pelas instituições financeiras, superaram as despesas com pessoal (entre os seis maiores bancos), em 28%. Em alguns bancos privados esse tipo de receita supera largamente a despesa com pessoal. É o caso do Santander, onde a receita de prestação de serviços supera o gasto com pessoal em 47,4%, ou seja, este tipo de receita cobre o pagamento de pessoal e ainda sobram 47%.

Apesar dos ótimos indicadores de lucratividade, nos últimos anos os bancos, especialmente os privados, têm reduzido o quadro de trabalhadores. Nas seis instituições analisadas no estudo do DIEESE, o número de postos de trabalho apresentou queda em 12 meses, passando de 477.345, em dezembro de 2012, para 470.034, em dezembro de 2013, com redução de 7.311 postos de trabalho. A redução no nível de emprego só não foi maior porque houve expressiva contratação na Caixa Econômica, com 5.272 novos empregados. Os demais bancos da amostra demitiram: Santander foi o que fechou o maior número de postos de trabalho (- 4.371); seguido pelo Bradesco (-2.896); Itaú Unibanco (-2.734); Banco do Brasil (-1.966) e HSBC (- 616). Juntos, estas cinco instituições eliminaram 12.583 postos de trabalho em 2013.

É difícil aceitar que os bancos demitam, levando em conta que ganham muito dinheiro com as taxas de juros estratosféricas praticadas no Brasil. A taxa Selic, que remunera os detentores de títulos públicos, como é o caso dos bancos, é uma das taxas de juros mais elevadas do mundo. Ademais, as taxas cobradas pelos bancos ao tomador final no Brasil equivalem, em regra, a cerca de dez vezes os juros praticados internacionalmente. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2009, a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil é de 63,42%, quando, ao mesmo tempo, equivale a 6,60% no mesmo banco para a mesma linha de crédito no Reino Unido, país de origem do banco. Para o Santander, as cifras correspondentes são 55,74% para o Brasil e 10,81% para a Espanha. No Citibank essa taxa é 60,84% no Brasil e 7,28% nos EUA. Nos juros cobrados para a pessoa jurídica, fundamental para a produção e para o custo de produção, o HSBC, por exemplo, cobra 40,36% no Brasil, e 7,86% no Reino Unido. Os grandes bancos brasileiros, mesmos os estatais, cobram também taxas absurdas. Segundo o citado estudo do Ipea, para empréstimos à pessoa física o custo do crédito no Brasil, em relação ao custo internacional, chega a ser quase 10 vezes mais elevado. Para empréstimos à pessoa jurídica, em decorrência da existência dos bancos públicos a

diferença de custo é menor, mas, assim mesmo, é mais de 4 vezes maior para o brasileiro, segundo o Ipea.

A taxa de juros média para as pessoas físicas no Brasil supera 100% ao ano, enquanto a inflação, está abaixo de 6%. No caso do juro médio cobrado sobre o cartão de crédito a taxa anual é de 232% no Brasil, enquanto nos EUA gira em torno dos 16,00% e de 18% no Reino Unido. Com esse custo do crédito claro que haverá uma pressão sobre o custo final dos produtos e serviços. Apesar disso, curiosamente, muitos economistas e formadores de opinião econômica defendem o aumento de juros como antídoto para o aumento da inflação (mesmo quando esta decorre de problemas climáticos, que reduzem a oferta de alguns hortifrutigranjeiros, como ocorreu recentemente).

A queda dos investimentos privados na economia brasileira nesse início de 2014

O resultado do PIB brasileiro no primeiro trimestre evidencia crescimento, ainda que baixo, em relação ao trimestre imediatamente anterior (0,2%). O que preocupa é o valor adicionado pela indústria (-0,8%) - *retração na de transformação (-0,8%) e na de construção civil (-2,3%), crescimento na extrativa mineral (0,5%) e na de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,4%)* - e a queda nos investimentos (-2,1%). Cabe destacar que, na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a indústria registra crescimento de 0,8% e os investimentos mantém a taxa negativa de 2,1%.

O consumo das famílias registrou leve queda na variação trimestral (-0,1%) e registra crescimento com relação ao ano passado (2,2%), enquanto o consumo do governo segue registrando crescimento (0,7% e 3,4% respectivamente). Assim, percebe-se que, de fato, a retração dos investimentos tem segurado um maior crescimento de nossa economia e esse é um desafio que precisa ser superado não apenas para a economia crescer mais, mas também crescer de forma sustentável.

Por que a queda nos investimentos? Algumas considerações:

- Quem investe são os capitalistas e o governo, não os trabalhadores. Os trabalhadores consomem e precisam ser melhor remunerados para que seu padrão de consumo também mude, se diversifique, impulse a demanda por manufaturados e desenvolva o mercado interno.

- Por parte dos empresários, existe, de um modo geral, uma cultura conservadora na gestão dos negócios, com forte resistência a investir/innovar. Existem estatísticas e estudos que corroboram essa afirmação. Segundo a Pintec de 2011, na indústria de transformação, a média de investimentos por empresa em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é de 0,7% da receita líquida de vendas. Outro exemplo é a pesquisa que partiu do prof. Paulo Feldmann da FEA/USP que deu origem ao livro "Empresas Latino-Americanas", onde caracteriza o perfil dos empresários brasileiros. Mas a questão não é apenas cultural, existem elementos objetivos/materiais que desestimulam novos investimentos, sendo alguns de ordem estrutural e outros conjuntural.
- Do ponto de vista conjuntural, o fato de termos eleições presidenciais em outubro pode fazer com que grandes projetos de iniciativa privada sejam adiados. Há uma enxurrada de análises, nos principais veículos de mídia, que o ano de 2015 será um ano de ajustes e se considerar-se as pesquisas de confiança dos empresários, percebe-se um indicador em baixa. Já os investimentos públicos cresceram nesse período. Segundo uma pesquisa do Valor, que analisou os investimentos públicos realizados em 25 unidades da federação, esse dobrou no primeiro quadrimestre desse ano com relação ao ano passado, atingindo a cifra de R\$ 10,49 bilhões.
- No plano estrutural, persiste na economia e sociedade brasileira uma estrutura de poder extremamente concentrada cujo processo se intensifica em tempos que o capital assume caráter transnacional. O problema dessa dinâmica é que resulta na formação de monopólios ou oligopólios que, não raramente - em função de pressões externas e internas - têm os preços dos seus produtos elevados, aumentando o custo e prejudicando a competitividade em outros setores da atividade industrial que dependem desses insumos (bens e serviços). Apenas para constar, o lucro consolidado de 257 companhias que têm ações negociadas na bolsa de valores chegou a R\$ 32,11 bilhões no primeiro trimestre desse ano, uma alta de 6% com relação ao ano passado. Se excluir dessa amostra a Petrobras, a Vale e a Eletrobrás, a alta chega a 20%. Os bancos não foram considerados nessa amostragem, mas cabe destacar o resultado do Itaú, que teve lucro líquido de R\$ 15,8 bilhões em 2013 (alta de 12,8% com relação a 2012) e do Banco do Brasil que lucrou, em 2013, R\$ 15,7 bilhões, uma alta de 29,1% sobre o resultado líquido de 2012.
- O Estado brasileiro - que cristaliza a força desse poder econômico em suas instituições -, e o governo, para não ficar de fora do jogo, participa de forma decisiva

em setores econômicos tidos como estratégicos em nossa economia, a fim de fortalecer esses setores diante da competição internacional e manter algum poder de decisão sobre eles e, em consequência, da nossa economia.

- O governo fica assim numa sinuca de bico. Ele precisa, por um lado, ceder a pressão dos preços nos setores em que participa diretamente, a fim de não travar a atividade econômica ou transmitir maior segurança para os investidores (mercado financeiro), permitindo novos investimentos e, por outro, não pode deixar os preços livres devido ao impacto inflacionário e suas implicações econômicas e sociais. Então o governo decide segurar os preços de bens e serviços em setores estratégicos, nos quais mantêm poder de decisão, subsidiando as empresas e oferece subsídios monetários e fiscais - *taxas de juros subsidiadas pelo BNDES (como através do Programa de Sustentação de Investimentos), e dedução de impostos (desoneração da folha de pagamentos de forma permanente para certos segmentos que são intensivos em mão de obra e apresentam perda contínua de competitividade, Reintegra, Refis, entre outras medidas* - para o conjunto do sistema produtivo a fim de manter a atividade econômica. Com essa prática, diminui sua própria capacidade de realizar investimentos diretos, tendo em vista que precisa atingir "de forma transparente" a meta de superávit primário (receitas - despesas sem considerar os serviços com juros da dívida), novamente para atender expectativas do mercado financeiro.
- O capital produtivo critica o governo pela falta de horizonte na política econômica. De fato, ter trazido a taxa de juros de referência (SELIC) para 7,25% - seu menor patamar histórico - num momento, para nos meses seguintes aumentá-la para 11,0%, pode deixar o investidor indeciso, pois o governo sinaliza para direções contrárias (ora para setor produtivo, ora para setor financeiro).
- A desvalorização cambial recente - que fez o dólar atingir R\$ 2,45 -, e a política do BC, no sentido contrário, para não permitir grandes oscilações, mantendo o câmbio em R\$ 2,20, também sinaliza para uma política que percebe ser mais favorável um câmbio que permita menor pressão inflacionária e maiores investimentos (importação de bens de capital - bens elásticos), diante de um câmbio que favoreça a competitividade dos produtos exportáveis produzidos no país (em grande medida bens inelásticos) num período que há menor demanda nos principais mercados externos (queda da demanda chinesa, recuperação lenta dos EUA e Europa e dificuldades na Argentina, importante mercado para os manufaturados produzidos no Brasil).

- Assim, nossa economia se desenvolve, fortalecendo o subdesenvolvimento. Ou seja, a indústria de transformação perde competitividade - *reduz atividade e diminui oferta de bens por ela produzidos para o mercado interno (em alguns segmentos as empresas importam o produto acabado para vender no mercado interno por obter maior margem/excedente)*. O capital estrangeiro cada vez mais apropria-se das empresas locais (processo de desnacionalização), o que faz com que a renda acumulada no país não se transforme em poupança interna, mas seja remetida para o exterior (o que contribui para a retração dos investimentos). Nossa economia fica dependente da exportação de bens primários e, de forma crescente, da elevação da taxa de juros para atrair investimentos externos também em carteira, a fim de manter o equilíbrio nas contas correntes (Balanço de Pagamentos). Há uma reserva de, aproximadamente, US\$ 370 bilhões que garantem relativa estabilidade, mas não são suficientes para transformar nossa estrutura produtiva. Um passo nesse sentido teria o pressuposto de uma política econômica de juro baixo, cambio desvalorizado e controle de capitais, ou seja, enfrentamento do "tripé macroeconômico" do nosso país, o que não parece estar no horizonte de qualquer projeto em disputa nas próximas eleições.

A situação econômica, no entanto, não é dramática no curto prazo, porque as políticas anticíclicas adotadas estimularam o consumo e a ocupação formal. Ou seja, a taxa de desocupação é baixa o que é positivo, houve uma melhora nas condições de vida de milhões de trabalhadores. No entanto, cabe salientar que os resultados das medidas que geraram ocupações formais e consumo foram canalizadas, em grande medida, para o setor de serviços. E o problema, do ponto de vista do desenvolvimento, parece ser que foi para um setor de serviços atrasado (apenas na forma de microempreendedor individual, foram 4,42 milhões de novas ocupações), com ocupações de baixa produtividade e não para um setor de maior intensidade tecnológica, vinculado/integrado as cadeias produtivas dos setores mais dinâmicos da indústria e da agropecuária.

Além disso, esse crescimento do setor de serviços passou a pressionar os salários dos trabalhadores nas indústrias, sendo esse mais um fator que teve seu custo elevado, apesar de ainda ser baixo, impactando as decisões de novos investimentos, sobretudo, na indústria intensiva em mão de obra. Cabe destacar que a pressão sobre os salários dos trabalhadores nas indústrias ocorreu também em função da queda da taxa de participação da mão de obra em idade ativa, muito por conta da melhora da renda e das

oportunidades em estudar, além da organização dos trabalhadores que estão conquistando maiores ganhos reais nas negociações coletivas.

Assim, finalizando, o ambiente econômico externo ainda fraco - desaceleração da demanda chinesa e fraco desempenho das principais economias globais, que refletem uma queda de 5,1% nos preços internacionais de commodities nesse ano - e os desafios no ambiente interno acima listados, não nos permite vislumbrar maiores taxas de crescimento nesse momento. Para a economia brasileira crescer, na forma em que ela está constituída, é necessário que a demanda por nossos bens exportáveis cresça em volume, mas de forma fundamental em seus preços, a fim de que permita um incremento na taxa do excedente interno, da poupança e, quem sabe, dos investimentos.

O Brasil e suas complexidades

Conforme já registramos em artigo anterior, falar mal do Brasil virou esporte predileto de muitos no Brasil e no mundo. Nunca se falou tão mal da economia do país, por exemplo, exatamente em um período em que os indicadores, possivelmente, sejam os melhores da história do Brasil. Os imensos desafios do Brasil, obviamente não podem ser desconsiderados. Por exemplo, o país ainda não possui um projeto nacional de desenvolvimento, fruto do debate da maioria da sociedade. Um projeto que leve em conta as mudanças na conjuntura mundial e reconheça a necessidade da política econômica brasileira se readequar a uma trajetória de longo prazo. Isso tudo requer um pesado e democrático debate na sociedade, de difícil construção.

Não se sabe, ademais, qual a proposta da sociedade para as despesas com juros do governo, que drena parcela significativa do esforço nacional. No ano passado, o país gastou R\$ 249 bilhões com juros, que vão para o bolso de uma minoria. De 2009 a 2013, os gastos com juros alcançaram R\$ 1,065 trilhão, equivalente a cerca de 22% do PIB brasileiro. Os gastos com as arenas para a Copa do Mundo (que serão devolvidos, pois são fruto de empréstimos), representam duas semanas de juros recebidos pelos rentistas no ano passado. Conforme já foi veiculado, desde que começaram as obras da Copa, em 2010, o governo investiu R\$ 825 bilhões em saúde e educação, o que representa mais de cem vezes os gastos com arenas. Mas isso não se discute, afinal quem leva 5% do PIB todo ano tem muita força sobre a opinião pública.

Outra questão fundamental: como reverter o processo de desindustrialização? Para a

economia gerar empregos e salários de qualidade e receita fiscal compatível com as urgências sociais e logísticas, não é possível imaginar o país sem indústria, que é o principal polo irradiador de produtividade e inovação da economia. Dá para ter indústria competitiva com o atual nível de câmbio e juros, sem pensar em controle de capitais?

Continuamos sendo, além disso, um dos 10 países mais desiguais do mundo e segundo a principal pesquisa sobre paraísos fiscais, da Tax Justice Network, nos paraísos fiscais existe entre US\$ 21 trilhões a US\$ 30 trilhões. E a estimativa é que o Brasil teria cerca de US\$ 520 bilhões – quase R\$ 1 trilhão. O PIB do Brasil é R\$ 4,84 trilhões, ou seja, estamos falando de quase 25% do PIB brasileiro desviado para paraísos fiscais.

No entanto, os desafios devem ser analisados sob perspectiva histórica, do contrário as críticas ficarão no plano abstrato e genérico. Por exemplo, de fato a taxa média de crescimento do PIB do Brasil, nos últimos anos, (2%), realmente é muito baixa. Mas vivenciamos ainda os efeitos da maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos; isso não conta? No Brasil o consumo das famílias sobe, ininterruptamente, durante 120 meses seguidos, o que explica, inclusive, a pressão sobre a inflação, já que ocorreu a mudança da estrutura de distribuição de renda e a inclusão de milhões de brasileiros, nos últimos anos, no processo de consumo, o que é extremamente positivo.

A comparação da evolução da economia brasileira com a mexicana é interessante, porque alguns analistas gostam de mencionar aquela como um exemplo de sucesso, pelo seu alinhamento com a pregação neoliberal e com as políticas emanadas dos EUA. Desde 2003 a economia brasileira (que cresceu pouco para as nossas necessidades) expandiu 45,44% e a economia mexicana, no mesmo período, cresceu 30,47%. E com um detalhe importante: no Brasil a participação dos salários na renda nacional, é de 45% e no México é de 29%. Isto significa que o Brasil cresceu mais (ainda que insuficiente) e com menos desigualdade.

Queiramos ou não, para vários assuntos o Brasil se tornou uma referência internacional e isso incomoda muita gente. Por exemplo, mudamos o padrão de nossas relações comerciais, fortalecendo a relação Sul-Sul, tanto na América do Sul com o reforço do Mercosul, quanto em relação ao Continente Africano. As forças armadas do país, recentemente, firmaram parcerias com a Suécia, com a aquisição de caças e transferência de tecnologia. Em parceria com a França e Argentina, o país está fabricando submarinos movidos à propulsão nuclear. Tudo isso mostra uma nova postura do Brasil em política internacional, que certamente desagrade interesses dominantes mundo afora, especialmente

dos EUA.

Um capítulo importante deste processo complicado e novo foi a entrega à Petrobrás, pelo governo, de quatro das seis áreas de cessão onerosa utilizadas como garantia no processo de capitalização da empresa. Essas áreas, que estão concentradas no campo de Franco (agora Búzios), tem entre 10 e 14 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, praticamente tudo que o país possui de reservas comprovadas. Para termos uma ideia, Franco possui 25% acima das reservas de Libra, o maior campo de petróleo descoberto no mundo nos últimos anos. Segundo avaliações dos especialistas, o campo de Franco deve disponibilizar à educação e à saúde, algo próximo a R\$ 700 bilhões, fora as receitas de impostos. Para a extração das reservas a Petrobrás deverá investir no país cerca de R\$ 500 bilhões, nada mal para uma empresa que alguns qualificam como “endividada” ou “quebrada”.

Campanha salarial dos trabalhadores da CASAN: ótimo desfecho

O desfecho da campanha salarial/14 dos trabalhadores da CASAN, liderada pela direção do SINTAEMA foi extremamente vitorioso. O Sindicato tem clara noção de que a campanha salarial é, de longe, a ação mais relevante que a entidade deve empreender. Na prática, a campanha iniciou há seis meses atrás (pelo menos) com planejamento, reuniões, confecção de boletins para a categoria, mobilização da assessoria, reuniões de negociação com a direção da Empresa e inúmeras outras ações. O resultado da negociação coletiva é sempre fruto da vontade das duas partes, em uma determinada correlação de forças. Após um processo difícil e uma dura negociação com a Empresa, onde a preparação foi fundamental, chegou-se a um resultado bastante positivo.

A elevação do valor do Vale Alimentação, por exemplo, para R\$ 748,00 representa um ganho real (acima da inflação) de 7%, além do fato de que o valor absoluto do benefício, superior a um salário mínimo, é bastante significativo. Vários outros benefícios obtiveram ganhos reais: Auxílio Creche (10,24% acima da inflação); auxílio com empregados com filho ou cônjuge (10,24% acima da inflação); gratificação de férias (5% acima da inflação); abono de natal (5% acima da inflação).

Uma conquista central do acordo foi o Acelerador de Carreira, retroativo a maio, que implicará num ganho real de 3,31% para a esmagadora maioria dos trabalhadores da empresa (a direção do SINTAEMA está ainda tentando estender o benefício a todos os

trabalhadores, já que hoje, o pessoal admitido depois de 30/04/2012 não irá receber). A média do ganho real obtido nas negociações ao nível de Brasil, não passa de 1,5%. Além disso, o acordo prevê implementação da jornada de seis horas diárias para os trabalhadores da área de manutenção e de atendimento ao público, o que significará redução da jornada em algumas horas semanais. Esta é uma conquista fundamental e bastante difícil de se obter atualmente, em decorrência do fato que, em que em alguns setores, há grande carência de mão de obra.

É importante lembrar que a negociação é um processo contínuo e interligado, em que as ações empreendidas num determinado ano influenciam a negociação do ano seguinte. Os avanços deste ano, mesmo que alguns possam ser considerados modestos, possibilitarão que no ano que vem, a negociação parta de uma base superior em termos reais. O sindicato foi bastante competente ao demonstrar à direção da CASAN que a melhoria dos indicadores da empresa está relacionada, dentre outros aspectos, ao empenho dos seus funcionários. Os negociadores tiveram também, capacidade de mostrar à empresa que o ambiente econômico em Santa Catarina é bastante razoável, com geração de empregos, investimentos, e melhoria da renda da sociedade, fatores que influenciam o próprio desempenho da empresa. Com as devidas diferenças regionais, aliás, este é o ambiente existente no país.

Por esse histórico e pelo desfecho da campanha salarial que foi bastante positivo, nós do DIEESE ficamos bastante orgulhosos e satisfeitos de ter contribuído com o processo, assessorando com dados e informações a ação dos sindicalistas, em vários momentos da campanha. O desafio do Sindicato agora, será garantir que o acordo coletivo sacramentado na mesa de negociação seja encaminhado da melhor forma possível. Até porque, algumas das questões negociadas são bastante complexas e dependem de estudos posteriores, que devem ter a supervisão e a vigilância permanentes do Sindicato.

Indicadores da economia e o pessimismo construído

Tem havido um aumento do pessimismo entre a população acerca do comportamento da economia brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a confiança de empresários e consumidores voltou ao mesmo patamar observado em 2009, quando o Brasil ainda sofria os efeitos da crise

global. A elevação do pessimismo entre os chamados agentes econômicos, de alguma forma, afeta as possibilidades de crescimento na medida em que, consumidores e empresários tendem a adotar comportamento defensivo na hora de consumir ou investir. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pela FGV, por exemplo, 1,7% em fevereiro, a terceira queda consecutiva em relação ao mês imediatamente anterior, e chegou ao menor nível desde maio de 2009. As famílias que consideram a situação econômica ruim em fevereiro aumentaram de 35,7% para 41% do total, enquanto aqueles que consideram o quadro bom representam 15,2% do total, um pouco mais do que os 14,2% em janeiro.

No entanto, os dados conjunturais da economia brasileira, nestes primeiros meses do ano, não justificam tal pessimismo. O resultado do PIB, por exemplo, se não foi nada de muito excepcional (2,3%), ficou acima das expectativas da maioria dos analistas (principalmente os mais pessimistas). Um aspecto positivo nos números do PIB, inclusive, foi o crescimento dos investimentos que, medidos pela formação bruta de capital fixo (FBCF), cresceram 6,3%, alavancados pela expansão da produção interna de máquinas e equipamentos. Outro dado importante: o consumo das famílias subiu, pelo décimo ano seguido (2,3%). São 120 meses de crescimento ininterrupto. No período, 17 milhões de empregos foram gerados e o salário mínimo apresentou aumento real superior a 60%. Este e outros indicadores revelam que mudanças capitais estão ocorrendo na economia e é fundamental saber interpretá-las.

Mais recentemente, foi a divulgação dos dados do emprego formal de fevereiro, que foram extremamente positivos. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram gerados 260.283 empregos formais no Brasil em fevereiro, o segundo melhor saldo para o mês na série histórica. Este resultado só foi inferior ao registrado em fevereiro de 2011 (+280.799 postos), ano em que ocorreu a segunda melhor geração de empregos formais brasileiro (2.026.571 postos). Um número elevado de empregos, como o de fevereiro, mais recentemente, só foi observado pela última vez em abril de 2011 (272.225 postos). Este foi o sétimo mês consecutivo de desempenho superior, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Os principais indicadores conjunturais do primeiro bimestre (indústria, varejo, emprego) ficaram acima do projetado pelos analistas. Além da demanda mais forte na área de bebidas, ventiladores e aparelhos de ar-condicionado em função das altas temperaturas nos primeiros meses do ano, a proximidade da Copa do Mundo vem alavancando a venda de televisores. O impacto da realização da Copa no Brasil sobre a

geração de empregos era esperado. Ainda que seja difícil estimar um número preciso, está havendo um aumento na geração de empregos, desde o início da preparação da Copa, em função dos serviços relacionadas ao evento. Em 2010, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) previa que a Copa iria gerar 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos ao ano, num total de 14 milhões até 2014. Incremento de empregos indiretos são sempre mais difíceis de calcular, mas o país vive o melhor momento de sua história em geração de empregos e nesse processo, certamente houve a contribuição das obras do Mundial.

Boa parte do pessimismo entre famílias e empresários está diretamente relacionada com a cobertura de uma parte da mídia, extremamente negativa e que está sempre prevendo que “se neste momento não está acontecendo o pior, ele virá na semana que”. O caso da decisão da agência de classificação de risco Standard & Poors (S&P), que rebaixou o Brasil de BBB para BBB-, é emblemático. A agência não tem nenhuma credibilidade, porque, dentre outras coisas, na crise de 2008, no mês de agosto, atribuiu nota máxima AAA ao banco Lehman Brothers, instituição que entrou em falência 30 dias depois. O desleixo da agência é tão grande que o governo norte-americano, quando foi rebaixado por essa agência, descobriu um erro de cálculo de “meros” US\$ 2 trilhões nas contas realizadas, que serviram de elementos para a agência rebaixar a posição de *rating* do país em 2002. Curiosamente, após alguns debates, a agência reconheceu o erro cometido, porém, mesmo assim, não reviu a decisão tomada em relação ao rebaixamento.

Após a crise de 2008, ao se justificarem no senado estadunidense, essas agências alegaram que estavam exercendo a liberdade de expressão e emitindo as suas opiniões. As quais ninguém era obrigado a aceitar. O certo é que a lógica dessas agências, é de curto prazo, está em linha com os interesses dos grandes bancos e especuladores e não tem nenhum tipo de compromisso com nenhum país, muito menos com o Brasil.

Apesar destes fatos extremamente relevantes, pois dizem respeito ao próprio crédito que se deve dar à decisão de rebaixamento, uma parte da imprensa no Brasil reagiu como se o fato significasse uma verdadeira desgraça para a economia nacional. A ninguém ocorreu colocar em discussão a credibilidade da agência, tomou-se a decisão como se fosse prova irrefutável de que a economia brasileira vai muito mal. Quando a nota, agora rebaixada, foi dada, em novembro de 2011, não aconteceu nada de significativo na economia brasileira. A nota atual, aliás, é a mesma que o país tinha em 2010, ano em que a economia cresceu 7,5%. Porque não se discutem esses aspectos, que

são extremamente relevantes para a compreensão da questão?

A campanha de veiculação de más notícias, não poderia esquecer, claro, da Petrobras. A fim de destacar o caso Pasadena, por razões eleitorais, os críticos aproveitam para desgastar a Petrobras, que é apresentada como uma empresa endividada, dominada pela corrupção e financeiramente inviável. Obviamente que ações equivocadas ou desonestas de investimentos têm que ser rigorosamente investigadas. Mas isso é muito diferente de querer aproveitar estes acontecimentos para atingir a mais importante empresa do país, localizada numa área vital de negócios e que ocupa a posição de locomotiva da economia brasileira. Segundo avaliação de especialistas, é possível que a refinaria de Pasadena, tenha faturado US\$ 16 bilhões, entre 2006 e 2012. Com esse faturamento, é muito provável que o prejuízo com a compra da empresa já tenha sido inteiramente amortizado, ou esteja em vias de sê-lo.

Lições dos ataques à Petrobrás

No episódio da refinaria de Pasadena, por razões eleitorais e outras ainda mais estratégicas, os críticos aproveitaram para desgastar a Petrobrás o quanto podiam. A estatal brasileira foi, durante meses, apresentada como uma empresa endividada, dominada pela corrupção e financeiramente inviável. Claro que ações equivocadas ou desonestas de investimentos, têm que ser, sempre, rigorosamente investigadas, seja em que área for, setor público ou privado. Mas os críticos aproveitaram os acontecimentos para atingir a mais importante empresa do país, localizada numa área vital de negócios e que ocupa a posição de locomotiva da economia brasileira.

As críticas tornaram-se ainda mais ácidas em função da decisão do governo, durante a Copa do Mundo, de entregar à Petrobrás, quatro das seis áreas de cessão onerosa utilizadas como garantia no processo de capitalização da empresa. Essas áreas, que estão concentradas no campo de Franco (agora Búzios), tem entre 10 e 14 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, praticamente tudo que o país possui de reservas comprovadas. Para termos uma ideia, Franco possui 25% acima das reservas de Libra, o maior campo de petróleo descoberto no mundo nos últimos anos. Segundo avaliações dos especialistas, o campo de Franco deve disponibilizar à educação e à saúde, algo próximo a R\$ 700 bilhões, fora as receitas de impostos. Para a extração das reservas a Petrobrás deverá investir no país cerca de R\$ 500 bilhões, nada mal para uma empresa que alguns qualificaram como “endividada” ou “quebrada”.

Apesar dos ataques desferidos durante meses a fio, a empresa voltou a ser a mais valiosa do Brasil, e nestes últimos dias de julho, os papéis da estatal na bolsa de valores atingiram o valor mais elevado em 22 meses, uma alta de 72% sobre a pior cotação do ano, no mês de março. O que garante este desempenho são os seus impressionantes resultados operacionais (os que de fato importam): extração de 1,95 milhão de barris/dia de petróleo, que garante ótimos resultados financeiros. Do pré-sal a empresa já está extraindo, a partir de junho último, 500 mil barris/dia nos primeiros poços explorados (num universo de 13 bilhões de barris de reservas comprovadas). É uma marca impressionante, alcançada num tempo dramaticamente curto. A Petrobrás, conforme avaliação expressa pela sua direção, está ingressando em um círculo virtuoso, no qual produz mais, fatura mais e aumenta fortemente a sua capacidade de investir.

Qualquer multinacional do petróleo que conseguisse um desempenho próximo a este estaria soltando foguetes, pagando elevados bônus aos seus executivos e sendo endeusada por todos. No Brasil, o fato quase passou despercebido, mal tendo sido registrado pela mídia. A Petrobrás deve ingressar, nos próximos anos, no seleto grupo das cinco maiores petroleiras mundiais em termos de produção e reservas confirmadas de petróleo. Segundo estimativas do governo, com os campos já descobertos, o pré-sal deverá disponibilizar algo próximo de R\$ 1,3 trilhão à educação e a saúde, em 30 anos. Isso sem contar com as novas áreas que devem ser descobertas nos próximos anos. São dados que explicam, em boa parte, a virulência e a frequência dos ataques contra a empresa.

O debate sobre os atuais indicadores no Brasil

Atravessamos no Brasil atual um período difícil no que se refere à interpretação dos indicadores macro econômicos, com grande defasagem entre os indicadores objetivos e a sua percepção por parte da sociedade. Nunca se falou tão mal da economia do país, exatamente em um período em que os indicadores, possivelmente, sejam os melhores da história. O problema é grave porque, de alguma forma, a exacerbação do pessimismo entre os chamados agentes econômicos afeta as possibilidades de crescimento. Num contexto como este, consumidores e empresários tendem a adotar comportamento defensivo na hora de consumir ou investir. Boa parte do pessimismo entre famílias e

empresários está diretamente relacionado com a cobertura de uma parte da mídia, extremamente negativa e que está sempre prevendo que “se neste momento não está acontecendo o pior, ele virá na semana que vem ou, no mais tardar, no mês que vem”.

Independentemente daquilo que se pode chamar de “pessimismo induzido”, a inflação foi e continua sendo um problema para o país, visto que, apesar de estar sob controle, ela ainda é alta para os padrões internacionais e suga boa parte das energias nacionais. Ainda mais que, no Brasil, o seu principal antídoto tem sido a elevação das taxas de juros, fazendo com que, em alguns momentos, o remédio leve o paciente à quase morte. Como no Brasil não existe controle de preços (apenas regulação de alguns preços essenciais como comunicação, eletricidade, combustível e outros), que exercem grande influência na formação dos demais preços da economia, o Banco Central (BC) tenta controlar a inflação de forma indireta, através dos juros. Ao estabelecer a taxa de juros básica da economia o governo objetiva atuar sobre os preços via os chamados meios de transmissão da política monetária. Ao manobrar a taxa de juros o governo influencia o crédito, a taxa de câmbio, o valor dos ativos, visando acelerar ou esfriar a atividade econômica. Influenciando dessa forma, por exemplo, o nível de produção e emprego.

Segundo interpretação de uma parte dos economistas, estamos crescendo pouco, com inflação relativamente alta, o que seria o pior dos mundos, no que se refere aos indicadores macroeconômicos. Mas, o fato concreto é que a inflação vem caindo nos últimos meses, o que esvazia parte dos próprios fundamentos imediatos das críticas. O IGP-M/FGV, por exemplo, cujos preços por atacado têm peso de 60% do indicador, vem apresentando deflação nos últimos três meses. No varejo os indicadores mostram também desaceleração de preços. O custo de vida no município de São Paulo, por exemplo, em junho, não apresentou variação em relação a maio, segundo cálculo do DIEESE. Alguns grupos de consumo, inclusive, como Alimentação (-0,27%) e Transporte (-0,27%) apresentaram queda de preços em relação ao mês anterior. Nos últimos meses o ICV-DIEESE caiu seguidamente: março (0,81%); abril (0,57%); maio (0,14%); junho (0%). O INPC-IBGE apresenta a mesma tendência: respectivamente, 0,82%, 0,78%, 0,60% e 0,26%.

O problema do baixo crescimento, por sua vez, é preocupante. Claro que não dá para aceitar o diagnóstico de que o país está em estagflação, pois este fenômeno não pode conviver com a taxa de desemprego mais baixa da história e ganhos reais nas negociações coletivas. Mas há indicadores muito preocupantes, que devem ser olhados

com muita atenção pelos responsáveis pela política econômica. No acumulado no ano (janeiro a maio) a produção da indústria geral registrou queda de 1,6%, no desagregado da indústria de transformação, a queda no período é de -2,4%.

Não há melhor indicação do nível de atividade que os próprios dados do PIB. A crise internacional é importante, mas não explica tudo. Em 2011, os chamados emergentes cresceram 6,4% e o Brasil, 2,7%. Em 2012, os emergentes 5,1% e o Brasil, 1%. Em 2013 os crescimentos foram, respectivamente, de 4,7% e o Brasil 2,5%. Para este ano, a projeção de crescimento dos emergentes é 4,6% e a do Brasil, pouco acima de 1%. No primeiro trimestre o PIB do Brasil cresceu, apenas 0,2% em relação anterior e 1,8% em um ano. O comércio varejista registrou alta de 0,5% em volume de vendas e 1% no faturamento nominal em relação ao mês anterior. Mas uma parte deste faturamento vaza para fora, em função da importação de industriais.

O Copom já deveria ter baixado a taxa de juros na última reunião, no mês passado, mas preferiu mantê-la como uma das mais elevadas do mundo. O BC dispõe de muita informação relevante, mas a tendência é se ater exclusivamente aos grandes agregados econômicos, que de fato, estão meio embaralhados neste momento. PIB cresce pouco, mas ao tempo, a taxa de desemprego permanece historicamente baixa. O consumo do governo permanece elevado, mas emprego na indústria de máquinas e equipamentos, cai.

Crescimento, inflação e taxa de juros

No acumulado no ano (janeiro a maio) a produção da indústria geral registrou queda de 1,6%, no desagregado da indústria de transformação, a queda no período é de -2,4%. Não há melhor indicação do nível de atividade que os próprios dados do PIB. A crise internacional é importante, mas não explica tudo. Em 2011, os chamados emergentes cresceram 6,4% e o Brasil, 2,7%. Em 2012, os emergentes 5,1% e o Brasil, 1%. Em 2013 os crescimentos foram, respectivamente, de 4,7% e o Brasil 2,5%. Para este ano, a projeção de crescimento dos emergentes é 4,6% e a do Brasil, pouco acima de 1%. No primeiro trimestre o PIB do Brasil cresceu, apenas 0,2% em relação anterior e 1,8% em um ano.

O problema do baixo crescimento (como de resto, os problemas macroeconômicos em geral) têm várias causas. Certamente a falta de confiança do setor empresarial para

realizar investimentos é uma delas. Mas, o atual nível da taxa de juros é fator explicativo fundamental, ocupando a posição de uma das mais elevadas taxas de juros reais do planeta. Nos países desenvolvidos a taxa de juros reais, neste momento, são negativas, o mesmo ocorrendo, inclusive, em alguns países emergentes. No Brasil o “espírito animal” do empresário tem sido facilmente abatido por investimentos que faturam 4,5% reais, com risco zero e sem necessidade de se colocar os pés na fábrica.

Em 2011, a equipe econômica do governo Dilma, visando retomar um crescimento mais forte do PIB, adotou, durante 19 meses consecutivos uma política de redução na taxa de juros Selic. Entre setembro de 2011 e 7 de Março de 2013, baixou a taxa básica de juros de 12% ao ano para 7,25%. Chegou a 2% reais, a menor taxa da história. Os chamados *rentistas* tinham lucrado em média, acima da inflação, 18,5%, no segundo Governo FHC. No segundo governo Lula, ainda faturou, limpo, 11,5%, em média. Sob o governo Dilma, este percentual ainda era alto, mas caiu para 4%, em média. Quando, em 2011 o governo resolveu começar a colocar as taxas de juros no Brasil em linha com as taxas dos países “civilizados”, entrou em rota de colisão com o setor *rentista*, tendo o governo, finalmente, cedido em março do ano passado, dada a pressão vinda dos chamados “formadores de opinião”.

A pressão inflacionária verificada especialmente nos primeiros meses de 2013, relacionada diretamente à queda na produção de alguns produtos agrícolas de alto consumo, causada por sérios problemas na agricultura (maior seca no Nordeste em meio século e sérios desastres climáticos no Sul do País) foi o ingrediente que faltava. Os citados formadores de opinião alardearam um suposto “descontrole inflacionário” e a necessidade imediata de elevar a taxa Selic para enfrentar o problema. Naquele período, como ocorre também agora, o aumento dos preços de alguns itens de elevado consumo, num contexto de forte geração de empregos e do crescimento da massa salarial (o consumo das famílias cresce continuamente há uma década), que possibilita que os trabalhadores possam continuar consumindo, exercia também, é claro, uma pressão sobre os preços (inflação, na verdade, decorrente de uma virtude da atual conjuntura brasileira).

Em boa parte a baixa capacidade de investimentos do governo federal está relacionada com a elevação dos juros, já que, cada 1 ponto percentual de aumento na Selic o gasto anual do governo com juros aumenta em torno de R\$ 50 bilhões. No ano passado, o país gastou R\$ 249 bilhões com juros, da dívida pública, equivalentes a quase 5% do PIB. Mas esse valor já foi maior: em 2002 os rentistas levaram R\$ 570

bilhões de reais em valores atuais, mais de 14% do PIB. A economia de R\$ 321 bilhões na despesa com os credores da dívida em parte foi direcionada para o investimento público em infraestrutura urbana (portos, aeroportos, estradas, saneamento) e para o gasto social (valorização do salário mínimo, Bolsa Família, programa Minha Casa, Minha Vida).

Ainda que o objetivo anunciado seja segurar a inflação, esse novo ciclo de aumento de juros não tem surtido o efeito desejado. Desde abril de 2013 a Selic passou de 7,25% para os 11,25% atuais e a inflação cedeu recentemente, por uma questão de normalização da oferta, principalmente de produtos alimentares de alta demanda, como observado, que apresentam redução em seus preços há alguns meses, inclusive no atacado. No entanto, se a elevação da Selic não é tão eficiente para o controle de preços que aumentam em função de redução da oferta, ela acerta em cheio o nível de atividade econômica. Nesta altura do ano as previsões decréscimo do PIB dos analistas de mercado estão abaixo de 1%.

São conhecidos também os efeitos dos juros também sobre o custo empresarial. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) os custos do capital de giro da indústria aumentaram 33% no primeiro trimestre de 2014 em comparação com o mesmo período do ano passado. Além do mais, taxas de rendimento financeiro próximas de 5% em termos reais, retira toda a motivação dos investimentos produtivos.

O problema da inflação

A inflação no Brasil, apesar de estar sob controle, ainda é alta para os padrões internacionais e esgota boa parte das energias nacionais, nas famílias, empresas e governo. No Brasil, o seu principal antídoto tem sido as mais elevadas taxas de juros do planeta, fazendo com que, em alguns momentos, o remédio quase mate o paciente. Como no país não existe controle de preços (apenas regulação de alguns preços essenciais como medicamentos, comunicação, eletricidade, combustível e outros, que exercem grande influência na formação dos demais preços da economia), o governo tenta controlar a inflação de forma indireta, através dos juros. Ao estabelecer a taxa de juros básica da economia o governo objetiva atuar sobre os preços via os chamados

meios de transmissão da política monetária. Ao manobrar a taxa de juros o governo influencia o crédito, a taxa de câmbio, o valor dos ativos, visando acelerar ou esfriar a atividade econômica. Influenciando dessa forma, por exemplo, os níveis de produção e emprego.

Alguns economistas têm citado a “armadilha” em que ingressou a economia brasileira, que combina baixo crescimento com inflação relativamente alta. O que seria o pior dos mundos, no que se refere aos indicadores macroeconômicos. Apesar do país estar crescendo pouco, a inflação, na interpretação desses analistas, se encontra em patamares ameaçadores.

O fato concreto, porém, é que a inflação vem caindo nos últimos meses, o que esvazia a própria base concreta e imediata das críticas. O IGP-M/FGV, por exemplo, cujos preços por atacado têm peso de 60% do indicador, vem apresentando deflação nos últimos três meses. No varejo os indicadores mostram também desaceleração de preços. O custo de vida no município de São Paulo, por exemplo, em junho, não apresentou variação em relação a maio, segundo cálculos do DIEESE. Alguns grupos de consumo, inclusive, como Alimentação (-0,27%) e Transporte (-0,27%) apresentaram queda de preços em relação ao mês anterior. Nos últimos meses o ICV-DIEESE caiu seguidamente até junho: março (0,81%); abril (0,57%); maio (0,14%); junho (0%). O INPC-IBGE apresenta a mesma tendência: respectivamente, 0,82%, 0,78%, 0,60% e 0,26%. No mês de julho todas as 18 capitais onde DIEESE realiza a pesquisa mensal da Cesta Básica de Alimentos apresentaram redução dos preços. Além disso, no acumulado de 12 meses, a maioria das capitais aumentou o preço da cesta básica abaixo da média geral de inflação.

Economia brasileira: desafios e seu maior ativo

O baixo crescimento da economia brasileira é preocupante. Não há melhor indicação do nível de atividade que os próprios dados do Produto Interno Bruto (PIB). Este teve queda de 0,6% no segundo trimestre, em relação ao primeiro, levando o país à chamada recessão técnica (isto é, dois trimestres seguidos de crescimento negativo). É importante ter claro que a recessão técnica, na prática, funciona mais como um sinal de alerta de que algo não vai bem na economia. É diferente de uma recessão real na economia, com

vários indicadores negativos, como altas taxas de desemprego, falências, queda na produção e no nível de consumo. A situação do Brasil é bastante diferente dessa, com elevação do consumo das famílias (que subiu 0,3% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre), e com as menores taxas de desemprego da história do país. A Europa pós-crise de 2008, por exemplo, vem atravessando situações de recessão, com alguns países enfrentando vários trimestres seguidos de queda da produção de riqueza.

Entre os vários fatores explicativos do baixo crescimento da economia brasileira, a crise internacional, sem dúvida tem um papel importante. Mas não explica tudo. Em 2011, os chamados países emergentes cresceram 6,4%, enquanto o Brasil, 2,7%. Em 2012, os emergentes 5,1% e o Brasil, 1%. Em 2013 os crescimentos foram, respectivamente, de 4,7% e 2,5%. Para este ano, a projeção de crescimento dos emergentes é 4,6%, e a do Brasil pouco acima de 1%. O crescimento de 2,5% do Brasil em 2013 foi o 119º num total de 188 países.

No segundo trimestre deste ano, o PIB na indústria caiu 1,5%, e o de serviços, 0,5%. O melhor desempenho coube à agropecuária, que cresceu 0,2% no período. A alta acumulada do PIB em 12 meses é de meros 1,4%. Além do sofrível desempenho do PIB (em boa parte, previsível, pelos rumos dos indicadores antecedentes), para piorar o IBGE revisou a variação do PIB no primeiro trimestre deste ano, que, de um avanço de 0,2% anunciado anteriormente, apresentou um recuo de 0,2% na comparação com o quarto trimestre de 2013.

A situação da indústria ocupa um papel central na explicação do problema do baixo crescimento. Depois de 2010 ela praticamente parou. Como o consumo das famílias continuou aumentando nesse período, grande parte dessa demanda foi suprida com importações de bens industriais. O déficit na balança comercial industrial do Brasil, em 2013, chegou a US\$ 105 bilhões. Cálculos de alguns economistas estimam que a perda de demanda interna pelo setor manufatureiro, em função da sobrevalorização do câmbio, entre 2010 e 2014, tenha chegado a US\$ 229 bilhões. Grande parte do problema está relacionada ao uso da política cambial com arma de combate à inflação.

A sobrevalorização do câmbio, por sua vez, está relacionada a maior taxa de juros real do mundo, que desestimula investimentos e atrai capitais especulativos. Os resultados da indústria no mês de julho que são muito importantes, ao invés de significarem uma reversão de tendência, parecem estar muito mais relacionados à baixa base de comparação, após cinco meses seguidos de queda na produção. O problema da

indústria, como têm alertado vários economistas, é mundial. O risco é de desindustrialização mesmo, em função principalmente da brutal concorrência chinesa. O resultado disso é que no Brasil vem diminuindo o peso da indústria no PIB, além da economia estar sofrendo um processo de desnacionalização crescente, que é igualmente grave.

Um dos grandes trunfos que o Brasil construiu nos últimos anos, e que diferencia o país de uma parcela expressiva das economias mundiais, especialmente das chamadas Desenvolvidas, foi a constituição de um mercado de massas, através da geração de empregos, expansão do salário mínimo e de elevação da renda. Ao contrário do que podem supor alguns incautos, um grande mercado consumidor e em processo de expansão é o maior ativo que um país pode dispor. Principalmente num contexto em que (ao que tudo indica) o Brasil terá que se acostumar com a ideia de que, dificilmente, logrará os elevados superávits comerciais verificados na última década. Daí a necessidade de continuar ampliando o mercado consumidor interno, através do emprego e da elevação gradativa da renda.

Combate à desigualdade no Brasil: compensação de atrasos seculares

Segundo recente Nota Técnica divulgada pelo DIEESE (NT nº 138, “O avanço das desigualdades nos países desenvolvidos: lições para o Brasil”), o aumento das desigualdades econômicas e sociais tem sido objeto de crescente preocupação em todo o mundo, especialmente depois da crise de 2008, que agravou o problema, inclusive nos países desenvolvidos. O fenômeno não aparece com a mesma natureza e intensidade nos diversos países. As desigualdades têm aumentado, de uma forma geral, nos países desenvolvidos, asiáticos e africanos. Nos países latino-americanos, por outro lado, o perfil de distribuição de renda vem melhorando nos últimos anos.

Os dados relativos à desigualdade são dramáticos. Atualmente, 1% das famílias detém aproximadamente 46% da riqueza mundial. No outro extremo, por sua vez, a metade mais pobre da população mundial possui uma riqueza inferior à apropriada pelas 85 pessoas mais ricas do mundo. Sete em cada dez pessoas residem em países cuja concentração da renda se ampliou recentemente. O mais grave é que, como observa o texto do DIEESE, a concentração da renda no mundo é muito maior do que a estimada

pelas pesquisas. A Oxfam (confederação de 13 organizações que atuam em mais de 100 países no combate à pobreza e desigualdade) estima que um valor próximo de 18,5 trilhões de dólares estejam escondidos em paraísos fiscais, o que representa uma evasão fiscal de cerca de 156 bilhões de dólares, metade do valor necessário para erradicar a extrema pobreza no mundo.

A partir de meados da década de 1970, com o fim da arquitetura econômica dos chamados “Anos Dourados” no sistema capitalista mundial, no pós 2ª Guerra Mundial, em decorrência do agravamento da crise, aprofundaram-se dramaticamente as desigualdades nos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, as “saídas” adotadas para enfrentar a crise, especialmente a financeirização da gestão empresarial e a primazia no curto prazo da administração das empresas só agravaram esse processo.

Por uma série de razões, a trajetória da distribuição da renda no Brasil vem caminhando na direção oposta ao que ocorre nos países desenvolvidos. Sob qualquer ângulo que se analise, as condições da renda vêm melhorando no país. Entre 2002 e 2012, as despesas sociais com impacto redistributivo aumentaram 183% em termos reais, isto é, acima da inflação. Somente o aumento real do salário mínimo (SM), de 78%, entre 2002 e 2013 (de R\$ 380,00 para R\$ 678,00, em valores de jan/2013), propiciou aumentos reais no rendimento de milhões de trabalhadores que recebem este valor, além dos beneficiários da Seguridade Social com benefícios de valor até um SM. Os aumentos reais do SM têm, também, reflexos nos valores dos pisos das categorias, que acabam pressionando para cima uma parte significativa da escala salarial, especialmente na base da pirâmide de rendimentos.

Também entre 2002 e 2012, o coeficiente de Gini (medida de desigualdade de distribuição de renda, cujo valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima) diminuiu de 0,59 para 0,53, enquanto que, nesse mesmo intervalo de tempo, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres caiu de 22,2% para 15,4%. Nesse período, o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil recuou de 23,3% para 10,2%. Estudo divulgado pelo Banco Mundial, às vésperas do encontro de ministros do Trabalho e do Emprego (10 e 11 de setembro na Austrália), constatou que, o Brasil e a África do Sul vêm na contramão das economias dos países do G20, onde estão aumentando as desigualdades salariais e de rendimentos, num contexto de elevadas taxas de desemprego.

Apesar dessa melhora, os desafios são imensos, pois o Brasil ainda se encontra no grupo dos países mais desiguais do mundo. Como o país ainda possui grande número de

pobres, com consideráveis necessidades básicas ainda não atendidas, as despesas sociais tendem a aumentar nos próximos anos. O desafio principal consiste em manter o ritmo de diminuição da desigualdade, o que implica em melhorar o ritmo de crescimento da economia. O que poderá ser feito, registre-se, com ação ordenada do Estado, garantindo uma melhor distribuição da renda e contendo uma tendência inexorável do capitalismo financeiro, de concentração da riqueza.

Imenso orgulho para os brasileiros

O livro *Geografia da Fome*, de autoria do grande brasileiro Josué de Castro, publicado em 1946, dentre outras contribuições, enfrentou arraigados mitos presentes na nossa sociedade, acerca desse assunto. Havia, por exemplo, a crença de que a fome resultava basicamente de problemas climáticos e/ou da baixa produtividade dos trabalhadores, que prefeririam o ócio ao invés do trabalho duro. Infelizmente algumas destas crenças permeiam, com muita força ainda, o imaginário de boa parte dos brasileiros.

Pois o médico, geógrafo e professor, que dedicou quase toda a sua vida ao combate à fome, ficaria orgulhoso com os resultados do relatório, apresentado no dia 16 de setembro, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), que trata do estado da insegurança alimentar no mundo. Segundo o referido, o Brasil reduziu em 75% a pobreza extrema, definida como o número de pessoas com renda inferior a US\$ 1 ao dia, entre 2001 e 2012. Segundo a FAO, desde 1990, o percentual dos brasileiros que passam fome caiu de 14,8% para 1,7% da população, equivalente a 3,4 milhões de pessoas. Não é pouca coisa, considerando que cerca de 805 milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam uma luta diária para obter comida, a maioria delas concentrada em regiões em situações de conflitos ou com situações climáticas adversas. Para o referido organismo da ONU, percentual abaixo dos 5% indica que o país não tem mais fome estrutural, mas somente bolsões isolados de famintos. O sucesso das políticas de combate à fome estrutural ocorreu também em outros países americanos, como Venezuela, Chile, Cuba e México.

Os resultados no Brasil decorrem de um conjunto de políticas e ações integradas, conforme lista o relatório:

Expansão da oferta de alimentos. Inclusive com forte ampliação do crédito;

Aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos;

Programa Bolsa Família, que atende atualmente 14 milhões de famílias;

Merenda escolar, que alimenta 43 milhões de estudantes de escolas públicas todos os dias.

A elevação da segurança alimentar da população é efeito da combinação de políticas macroeconômicas, sociais e agrícolas, como geração de empregos, aumentos reais do salário mínimo e políticas de expansão do crédito. Entre as que mais contribuíram para a redução está o fortalecimento da alimentação escolar e programas que beneficiam os agricultores familiares (responsáveis por 70% do consumo de alimentos no país), um dos mais atingidos pela falta de garantia de renda. O Programa Fome Zero foi fundamental porque colocou a questão da segurança alimentar no centro da agenda política do país. Foram essenciais também os programas de erradicação da extrema pobreza, o fortalecimento da agricultura familiar e as redes de proteção social como medidas de inclusão social. Como destacou a consultora da FAO, Anne Kepple, o mais importante no Brasil foi a elevação das políticas de combate à fome à condição de políticas de Estado, inclusive através de regulamentação legal.

Neste conjunto de ações encaminhadas, o Programa Bolsa Família, que é criticado por muitos, é uma das mais importantes, pois retira 55 milhões de brasileiros da fome. O gasto com o Programa, R\$ 25 bilhões em 2013, é insignificante no contexto do orçamento federal e representa 0,45% do PIB. Para termos ideia de quão modesto é esse custo no contexto dos gastos públicos, o governo federal desembolsa em média por ano, com os juros da dívida pública, cerca de R\$ 200 bilhões, equivalente a 10 vezes o gasto com o Bolsa Família. São alguns milhares de super ricos, também conhecidos como “rentistas”, que levam anualmente, sem maiores esforços e sem colocar o pé na fábrica, 5% do sétimo PIB do planeta. Esta é uma questão que pode ser um pouco difícil de ser compreendida, mas que está por detrás de todo o debate atual sobre Banco Central independente, nível da taxa Selic, e temas relacionados. É vital entendermos que, por detrás das escolhas destas políticas macroeconômicas, estão interesses financeiros muito poderosos.

O acesso da população a uma alimentação adequada, saudável e regular, além de ser pressuposto de uma sociedade desenvolvida social e economicamente, é imperativo moral. É inadmissível que a sétima economia do mundo, continuasse convivendo com número crescente de pessoas de pessoas passando fome ou em situação de insegurança

alimentar, como sempre foi o caso do Brasil ao longo da história. A retirada do Brasil do Mapa da Fome é uma conquista de encher o peito dos brasileiros de orgulho, que deve ser divulgada aos quatro ventos.

Brasil, desafio imenso que vale a pena.

Além da histórica retirada do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, o mês de setembro trouxe outras boas novas para o país:

1. A renda média mensal das famílias, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD-IBGE/13), subiu 3,4% acima da inflação no ano passado e o rendimento médio dos trabalhadores assalariados apresentou aumento de 3,8% acima da inflação. Apesar da crise mundial, os dados de 2013 mostram que o Brasil continuou elevando a renda, na contramão do que vem ocorrendo no mundo;

2. Entre 2004 e 2013, a renda média da população como um todo cresceu 35% acima da inflação. Mas, a dos 10% mais pobres expandiu cerca de 73%. Considerando os 50% mais pobres, o avanço foi superior a 60%, com impactos evidentes sobre a demanda e a produção.

Apesar da pobreza da discussão sobre o assunto, o Brasil se encontra na melhor situação em termos de distribuição de renda em toda a sua história. O que não é pouca coisa, considerando que a economia mundial enfrenta a sua mais grave crise desde 1929. O que surpreende diante desse contexto internacional é que os indicadores sociais apresentam um balanço extremamente positivo. A concentração de renda diminuiu significativamente, o salário mínimo teve aumentos reais expressivos, 36 milhões de pessoas saíram da miséria e a taxa de desemprego atingiu seus menores níveis históricos. Nos últimos anos, poucos países apresentaram um desenvolvimento social tão amplo quanto no Brasil. Por isso o combate à fome obteve tanto êxito.

Algumas dificuldades históricas do país têm que ser enfrentadas ainda com maior determinação. Os juros continuam entre os maiores do mundo e o câmbio precisa ser desvalorizado, sob pena de a indústria brasileira perder cada vez mais espaço no mercado interno e externo. Por conta dos juros, os encargos da dívida pública continuam drenando boa parte dos esforços da sociedade brasileira. Essa transferência de renda faz com que o 1% da população adulta mais rica concentre mais de 25% de

toda a renda da 7ª economia do planeta. Esta questão, difícil de ser compreendida pela maioria da população, está por detrás de todo o debate atual sobre Banco Central independente, nível da taxa Selic, e temas relacionados.

Certamente não foram os problemas apontados acima que derrubaram as ações da Petrobrás em 10% na última semana de setembro, levando a Bovespa a maior queda em um dia nos últimos três anos. A rigor, não há razões econômicas objetivas que justifique uma queda das ações da empresa. Pelo contrário, os dados positivos abundam: Somente os campos de Libra, Búzios, Florim, Iara e Nordeste de Tupi (todos do pré-sal), somados, farão saltar a produção entre 18 e 26 bilhões de barris, consolidando o país como um dos maiores produtores de petróleo do mundo. As novas reservas de petróleo do Brasil, são responsáveis por 40% de toda as descobertas mundiais de petróleo nos últimos cinco anos e a empresa tem a maior carteira de investimento do planeta. Caso a lógica da bolsa estivesse vinculada ao desempenho financeiro das empresas as ações da Petrobrás deveriam “bombar”. Não devemos ser ingênuos: por trás dos ataques à Petrobrás, além do interesse eleitoral mais imediato, estão poderosos e dissimulados interesses das grandes multinacionais do petróleo.

É inegável que a queda recente da bolsa está muito mais relacionada à especulação e à tentativa de chantagear a sociedade, no atual processo eleitoral. Essa situação, amplamente divulgada na mídia como se fosse o fim dos tempos, dá a impressão do país estar passando por grave crise econômica. Segundo o site Infomoney, que acompanha rotineiramente a evolução das ações, o lucro dos investidores com as ações da Petrobrás na bolsa foi, somente em setembro, de 1.120% (sem considerar os custos da operação). Portanto, a queda das ações da empresa, que vinham subindo consistentemente desde o início do ano, apesar dos ataques sofridos, não tem nenhum fundamento econômico, sendo fruto tão somente da especulação eleitoral e da ganância dos investidores.

Objetivamente, o Brasil dispõe atualmente de alguns fatores de resistência à crise mundial que não são triviais, e que são perseguidos por qualquer nação do mundo, com pretensões de desenvolvimento: reservas em moeda estrangeira de US\$ 376 bi; estoque de petróleo e gás, que pode chegar a 100 bilhões de barris, avaliada em cerca de R\$ 5 trilhões; crescimento contínuo da renda das famílias nos últimos dez anos e a constituição de um dos maiores mercados de massa do planeta. Não é pouco, e dar continuidade aos avanços sócio econômicos deste país é desafio imenso que vale a pena.

O baixo crescimento do Brasil, no contexto mundial

O baixo crescimento da economia brasileira observado nos últimos anos preocupa a todos que têm responsabilidade com o país. Afinal, crescimento é um pressuposto da continuidade do processo de melhoria da renda, em curso na última década. A chamada recessão técnica que o país enfrentou no primeiro semestre (aparentemente superada, a julgar pela divulgação dos dados mais recentes do nível de atividade), é um fenômeno bastante negativo. Pelas suas condições naturais e tecnológicas, não há dúvidas que o Brasil pode crescer a taxas muito superiores do que as verificadas no último triênio. Entre 1940 e 1980, quando o nível de escolaridade da população era muito inferior, nenhum outro país cresceu tanto quanto o Brasil, tendo atingido crescimento anual médio de 7%, o maior entre todos os países no período. O país precisa crescer a taxas mais elevadas para continuar aumentando a renda per capita e melhorar a vida da população, que deve ser o objetivo primeiro da política econômica de qualquer nação.

Muitos analistas têm escrito sobre o baixo crescimento do Brasil, destacando que este está entre os mais baixos do mundo. As referidas análises comparam recorrentemente o crescimento brasileiro aos dos países emergentes, e ao de outros países sul-americanos. De fato, o Brasil tem crescido abaixo da média verificada nos países chamados emergentes. No entanto, quando retiramos a China da análise (cujo crescimento é “um ponto fora da curva”) verificamos que a economia brasileira vem crescendo de forma semelhante aos países emergentes.

O G-20 é o um fórum informal que reúne os países desenvolvidos e emergentes, cujas economias representam nada menos que 90% do PIB mundial e 2/3 da população global. Na tabela abaixo, temos os países que compõem o G-20 e seus respectivos crescimentos em 2013. O Brasil está na 7ª posição em crescimento, no grupo. A Tabela contém também uma média de crescimento do PIB com e sem a presença da China que lidera o crescimento. O crescimento do Brasil está acima da média do G-20 sem a China, como revelam os dados.

Varição do PIB no G-20 em 2013

País	Varição do PIB (%) em 2013
China	7,7
Indonésia	5,8

Índia	5,0
Turquia	4,1
Arábia Saudita	4,0
Coréia do Sul	3,0
Argentina	2,9
Brasil	2,5
Austrália	2,3
EUA	2,2
Canadá	2,0
África do Sul	1,9
Reino Unido	1,7
Japão	1,5
Rússia	1,3
México	1,1
Alemanha	0,5
França	0,3
Itália	-1,9
Média do G20	3,4
Média sem China	2,2

Fonte: FMI

Elaboração: DIEESE

O Brasil cresceu mais que 11 países do G-20, alguns deles apontados como modelos a serem seguidos. É o caso do México, cujo produto no ano passado, cresceu apenas 1,1%, abaixo até da média que vem mantendo nos últimos 12 anos (1,5%). O México atualmente é o preferido dos especuladores de todos os quadrantes do mundo. Há grande condescendência dos organismos internacionais e das organizações ligadas aos grandes grupos multinacionais com a política econômica do México. Mas não nos enganemos, isso não ocorre por acaso. O país lidera a Aliança para o Pacífico, apoiada diretamente pelos EUA e Espanha. O fato é que o México vem crescendo metade do que cresce o Brasil, e tem uma dívida pública do tamanho do PIB, enquanto a do Brasil equivale a 35%. Não obstante, é grande a condescendência do FMI e outras organizações multilaterais com o México, que destoa da dureza com que, em regra, o Brasil vem sendo tratado por estes mesmos organismos e imprensa mundial.

Não devemos ser ingênuos. A razão disso está na forma como ambos os países se relacionam com os interesses dos países dominantes, especialmente os EUA. Só para citar exemplo recente: no final de 2013, o governo mexicano de Piena Neto aprovou a reforma de dois artigos da Constituição, que abre caminho para a privatização da Pemex, empresa de petróleo comandada pelo Estado Mexicano há 75 anos. É decisão extremamente estratégica, que mexe com interesses históricos e atende aos apelos das gigantes do petróleo. Também é muito perigosa, visto que quase um terço da receita do governo mexicano advém da Pemex.

Enquanto isso no Brasil, em julho último o governo entregou à Petrobrás, quatro das seis áreas de cessão onerosa utilizadas como garantia no processo de capitalização da empresa. Essas áreas, que estão concentradas no campo de Franco (agora Búzios), tem entre 10 e 14 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, praticamente tudo que o país possui de reservas comprovadas. Decisão acertada, para uma empresa que detém impressionantes resultados operacionais (os que realmente importam): extração de 1,95 milhão de barris/dia de petróleo, que garante ótimos resultados financeiros, e o ingresso em um círculo virtuoso (no qual produz mais, fatura mais e aumenta fortemente a sua capacidade de investir). Esse tipo de decisão estratégica, que colocará a Petrobrás, nos próximos anos, no seleto grupo das cinco maiores petroleiras mundiais em termos de produção e reservas confirmadas de petróleo, obviamente não agrada o lobby internacional do petróleo. As multinacionais estão de olho nas imensas reservas de Petróleo do país e uma empresa de ponta como a Petrobrás, que não conseguiram privatizar na década de 1990, é um tremendo obstáculo neste objetivo. Isso explica a frequência e a virulência dos ataques contra a empresa.

O baixo crescimento do Brasil é problema que deve ser enfrentado com determinação. No entanto, o fenômeno deve ser visto no quadro da economia internacional, que ainda sente os efeitos da maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos. A necessidade de acelerar o crescimento do Brasil está sendo, por si só, bastante árdua e complexa. Montar diagnósticos irrealistas como se os problemas brasileiros estivessem deslocados da realidade mundial, não ajudam em nada a resolução do problema.

Sossego financeiro em 2015

Até dezembro de 2014, segundo estimava do DIEESE, deverão ser injetados na economia brasileira cerca de R\$ 158 bilhões a título de 13º salário. Este montante representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e será pago aos trabalhadores do mercado formal, inclusive aos empregados domésticos, além de beneficiários da Previdência Social, e aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios. Cerca de 84,7 milhões de brasileiros serão beneficiados com um rendimento adicional, em média, de R\$ 1.774,00. A economia catarinense deverá receber cerca de R\$ 6,2 bilhões, aproximadamente 3,8% do total do Brasil e 25% da Região Sul. Esse montante representa em torno de 3,7% do PIB estadual.

A entrada deste recurso extra no orçamento dos trabalhadores nos remete à necessidade de um planejamento, mínimo que seja, no orçamento pessoal. Este período de festas e confraternizações, espiritualmente um dos melhores do ano para a maioria das pessoas, não pode se converter em “ressaca financeira” no início de 2015. Para evitar problemas, vale atentar para alguns aspectos:

- 1) Mesmo que não tenha o hábito, dê uma planejada no seu orçamento e no seu fluxo de caixa para os próximos três meses (pelo menos);
- 2) Pague as dívidas, antes de fazer novos gastos. Ingressar num novo ciclo de endividamento, sem resolver as contas do passado, é garantia de um início de ano novo muito ruim, em termos financeiros;
- 3) Tente negociar os juros embutidos nas dívidas, pelo pagamento à vista. Comece com aquelas sobre as quais incidem as maiores taxas de juros, como o cheque especial. No caso do cheque especial, a taxa média mensal passou de 10% recentemente - alguns bancos cobram 12% ao mês. O Brasil tem a maior taxa de juros no varejo do mundo. Comece pelas dívidas cujo “rolamento” mensal custa mais caro e, depois, pague também as de custeios mais baratos. O ideal seria elaborar uma planilha de custos para acompanhamento mensal (não precisa nem ser eletrônica, pode ser no papel);
- 4) Outra medida importante é procurar comprar o que puder à vista, sempre negociando a redução de juros que, invariavelmente, estão embutidos nos preços das mercadorias. O comércio brasileiro tem um péssimo hábito de querer te vender “dinheiro” a prazo, ao invés de apenas o produto. Em vez de vender à vista e com desconto, os comerciantes preferem vender à “perder de vista” e juros embutidos (de preferência, muito). Compre um fogão, por exemplo, e paga-se dois em decorrência dos juros;

5) No planejamento dos gastos é fundamental lembrar também que o início do ano concentra gastos pesados como o IPTU, IPVA, uniforme escolar, viagens de férias e outros. Uma forma interessante de não acumular contas para os primeiros meses do ano é fazer as compras de Natal à vista, medida que tende a livrar o comprador também de pagar juros estratosféricos.

Vencidas as etapas anteriores, se sobrar dinheiro para investir (parabéns você faz parte de uma elite no nosso país), o mercado oferece boas alternativas: ações, papéis de renda fixa, caderneta de poupança, etc. Mas é bom ter clareza que, assim como cada paciente requer um diagnóstico médico específico, não existe um investimento que seja o “ideal” para todos. Na realidade, a melhor alternativa de investimento irá sempre depender do perfil do investidor. Para cada tipo de investidor existe um *mix* de investimentos adequado. O beabá das finanças ensina que existem três variáveis que devem ser levadas em conta na hora de investir:

Rentabilidade – o retorno que a pessoa espera receber como recompensa por aplicar seus recursos;

Risco – É fundamental saber que um investimento pode ter um alto retorno, mas ser também de alto risco (ações, por exemplo);

Liquidez - A liquidez de qualquer investimento é a capacidade de transformá-lo em dinheiro rapidamente. Se sua estratégia de investimento for comprar um imóvel, por exemplo, deve considerar que este tem baixa liquidez, ou seja, pode ficar meses à venda, sem realização do negócio.

O ideal é fazer investimentos que se adequem ao perfil do investidor e que levem em conta o indispensável equilíbrio entre as três variáveis acima.

Condições do Brasil no contexto da crise mundial

Em decorrência da renitência da crise na Europa (que vai pelo sexto ano seguido), e do risco sempre presente da mesma se agravar, vale a pena examinar as condições de o Brasil enfrentar uma piora no cenário econômico mundial. A relação dívida pública/PIB, por exemplo, que é indicador fundamental de saúde financeira de um país, encontra-se estabilizada na faixa dos 35% (era de quase 60% há pouco mais de uma década). Além disso, as reservas internacionais estão em torno dos US\$ 380 bilhões, o maior volume

da história do país. Ter uma inflação sob controle, que fica dentro da meta (ainda que no limite superior) pelo 11º ano seguido, também é fundamental. O Brasil dispõe também de estoques de petróleo e gás que estão avaliados em cerca de R\$ 5 trilhões, assim como abundância de água e alternativas energéticas variadas como nenhum outro país do mundo.

No entanto, a arma mais potente para o enfrentamento da crise é o crescimento contínuo da renda das famílias nos últimos dez anos e a constituição de um dos maiores mercados de massa do planeta. A massa salarial continua crescendo (apesar do baixo crescimento do PIB) e o país atingiu a menor taxa de desemprego verificada na história do país (segundo o IBGE, 4,7% em outubro, o menor percentual para o mês na série histórica). Temos também o BNDES, que tem sido colocado a serviço do desenvolvimento e da manutenção do crédito desde a eclosão da crise econômica internacional em 2008. Os desembolsos do Banco (que chegaram a R\$ 190,4 bilhões em 2013) são fundamentais na sustentação da demanda agregada e na diminuição dos impactos da crise sobre o Brasil.

Importante também é o processo de maturação dos investimentos feitos nos últimos anos, que deve significar a abertura de um novo ciclo de crescimento no país. Em 2015 serão inauguradas algumas grandes obras como: transposição do Rio São Francisco, Hidrelétricas de Belo Monte (a terceira maior do mundo, no Pará), de Jirau (Rondônia) e de Santo Antônio (Rondônia); expansão e construção de pelo menos 6 metrô que estão em obras; inauguração de pontes, como a de Laguna (SC) e a segunda Ponte do Guaíba (RS); ampliação e modernização dos maiores aeroportos do país; novas plataformas de petróleo. Teremos ainda a inauguração da Refinaria Abreu e Lima, que será a mais moderna do país (primeira refinaria de petróleo inteiramente construída com tecnologia nacional). Além disso, a Petrobrás que nos últimos anos fez muitos investimentos para se preparar para o pré-sal, volta a se capitalizar a partir de 2016 e as extrações de Petróleo quadruplicam nos próximos três anos. Entre 2015 e 2017, serão investidos nada menos que R\$ 300 bilhões nos projetos de infraestrutura. As Olimpíadas de 2016, por sua vez, um megaevento que tende a ser 6 vezes maior do que a Copa do Mundo devem trazer um fôlego a mais para a economia.

Nada disso elimina os desafios que o país terá que enfrentar, que são imensos. O Brasil precisa, por exemplo, retomar o crescimento com urgência. A inédita geração de empregos no país e a redução da pobreza são conquistas que já foram metabolizadas pela sociedade brasileira. As gerações que ingressam agora no mercado de trabalho já

vêm a baixa taxa de desemprego como constituindo parte da “paisagem econômica” do Brasil (desde o advento do Descobrimento) e não como uma conquista dura e recente, como os da minha geração enxergam.

Apostas para um 2015 melhor

À medida que chega o final do ano confirmam-se as previsões de um desempenho econômico abaixo do esperado no início de 2014 para o Brasil. Apesar de não gerar bem estar por si só, devemos considerar que crescimento é pressuposto à continuidade das melhorias sociais e, por consequência, importante motor do desenvolvimento das atividades produtivas. Portanto, é tão necessária quanto desejável a busca por uma taxa de crescimento mais robusta para 2015, não obstante as dificuldades atualmente enfrentadas pela economia mundial. Um primeiro passo nessa direção deve ser a adoção de medidas que não interrompa a trajetória de recuperação do mercado de trabalho vivenciado nos últimos 10 anos. O crescimento desse mercado adicionou um contingente enorme de renda ao consumo que, somado à expansão do crédito lastreado nessa renda, permitiu um importante crescimento nas atividades comerciais e de serviços, constituindo na última década um dos maiores mercados de massa do planeta, ativo fundamental de qualquer nação.

Já a indústria, precisará de maior atenção para reencontrar sua trajetória de crescimento. Esse setor é o que apresenta as maiores dificuldades de recuperação e os menores níveis de investimentos, sofrendo forte concorrência interna e externa, especialmente nos setores menos dinâmicos. Ao que parece, as medidas fiscais e creditícias, adotadas pelo governo federal nos últimos anos, não surtiram os efeitos esperados, tornando necessário avaliar a verdadeira capacidade de posicionamento da indústria nacional no atual cenário de disputa de mercado. Dito de outro modo: considerando os atuais padrões de abertura comercial, quais as atividades industriais do país terão relevância? Ao que tudo indica a gestão da política para este setor deverá abandonar a esfera dos incentivos tradicionais para a adoção de um padrão de apoio que dê sustentação a um novo modelo de inserção produtivo da indústria brasileira. O espaço para a adoção de incentivos fiscais em 2015 ficou reduzido diante de um mercado ávido por demonstrações de austeridade do governo e pela própria desaceleração da arrecadação. Essa austeridade, sugerida como corte de gastos e

aumento de juros, precisará ser balanceada com a preservação da capacidade de investimento do setor público, para não interromper os poucos investimentos em infraestrutura produtiva que funcionam como ações anticíclicas no atual contexto. Apostar na inovação dos produtos e serviços nos segmentos de maior competitividade; estabelecer uma cultura produtiva voltada ao mercado externo, alinhado a uma taxa cambial que reflita mais adequadamente a nossa produtividade; manter investimentos em infraestrutura produtiva; manter o nível de renda do trabalho e das políticas públicas como mecanismo de preservação e ampliação do mercado consumidor interno são elementos fundamentais para a recuperação da economia em 2015.

Uma consequência da recuperação econômica e do realinhamento cambial será o monitoramento da taxa de inflação, definindo ajustes no equilíbrio de preço que não comprometa a atividade produtiva. Outra consequência estará no controle do déficit externo, variável crucial para o futuro da economia. Tem sido recorrente o crescimento desse déficit a cada surto de recuperação da economia brasileira. Tanto o realinhamento cambial quanto a aposta em uma recuperação mais consistente da economia mundial, em especial os mercados de EUA, Europa e Argentina permitirão uma maior expansão dos produtos brasileiros garantindo o equilíbrio externo desejado. O aumento da competitividade industrial baseado na inovação dependerá também da aposta na maior escolaridade e profissionalização técnica da juventude brasileira. Talvez esta seja a aposta mais desafiadora para 2015, ou seja, presenciar os primeiros ganhos econômicos decorrentes do investimento em ensino técnico que tem a finalidade de criar produtos e serviços na área tecnológica, agregando valor na cadeia produtiva e alterando o atual perfil exportador brasileiro. As apostas são diversas, trabalhar em sua direção deve ser um compromisso de cada brasileiro.

Remessa de lucros e dividendos e os riscos da dependência de capitais externos

O processo de internacionalização pelo qual passaram e, de certa forma ainda passam, alguns setores da economia brasileira desde os anos noventa, trouxe um efeito colateral não desprezível nas contas externas do país. Aquilo que, num primeiro momento, é contabilizado como investimento externo direto, contribuindo para equilibrar (“fechar”) o balanço de pagamentos, atua, num segundo momento, em

sentido contrário, ao motivar remessas de lucros e dividendos ao exterior.

Para entender esse processo, é preciso saber que o Balanço de Pagamentos de um país é composto por uma conta de “Transações Correntes” e por uma “Conta de Capitais”, que precisam estar equilibradas. A conta de Transações Correntes se compõe da “Balança Comercial” (exportações e importações), da “Balança de Serviços” (receitas e despesas de transportes, viagens internacionais, remessa de lucros, dividendos, pagamento de juros, patentes, entre outras) e da “Conta de Transações Unilaterais” (doações e rendas recebidas e enviadas por não residentes)¹. Portanto, o saldo dessas contas precisa estar equilibrado, sendo que, em caso de déficit, este deve ser coberto (financiado) pela “Conta de Capitais”, ou seja, por empréstimos estrangeiros, investimentos externos diretos ou financeiros, inclusive especulativos. Portanto, recorrentes déficits em *Transações Correntes* fazem aumentar a dependência externa do país ao capital estrangeiro.

No caso brasileiro, desde 2008, observa-se importante déficit em *Transações Correntes*, tendo como uma das suas importantes causas a remessa de lucros e dividendos. Com efeito, nos últimos oito anos, o volume dessas remessas cresceu mais de 100% e alcançou US\$ 171,3 bilhões.

Destacam-se, entre os motivos desse movimento: a) a crise internacional, que eleva a demanda das empresas matrizes por recursos das filiais; b) a valorização cambial, que faz com que as receitas das empresas (em reais) se tornem mais expressivas em moedas estrangeiras; c) o aumento do PIB, especialmente até 2010, elevando os lucros e conseqüentemente as remessas das multinacionais; d) o aumento nos investimentos estrangeiros, principalmente na aquisição de empresas brasileiras, induzindo, também, a uma maior remessa de recursos ao exterior.

Algumas análises não criticam a internacionalização da economia, por avaliarem que esse movimento é positivo, na medida em que eleva a produção, gerando excedentes que serão exportados, fazendo com que o aumento das remessas seja compensado por um aumento das exportações. No entanto, essa situação precisa ser relativizada pela forma como se dá o processo de internacionalização. No caso de investimento em uma nova planta produtiva, o argumento pode ser verdadeiro. Mas, se representa a incorporação de plantas já existentes, mudando apenas a propriedade do capital, o exemplo não é válido.

¹ DIEESE. **Remessas de lucros e dividendos: setores e a dinâmica econômica brasileira**. Nota Técnica 137, junho de 2014.

Além disso, deve ser considerado que parte importante da internacionalização ocorrida no Brasil se deu no setor de serviços, portanto, em atividades não produtoras de bens exportáveis. Nesse caso, não surpreende a observação dos dados setoriais de 2013, que revelaram que 40,8% das remessas de lucros e dividendos tiveram origem no setor de serviços, estando nas primeiras posições o setor financeiro, o de telecomunicações e o de eletricidade. Não por acaso, as principais atividades que passaram pelo processo de privatização nos anos noventa.

Atualmente, observa-se uma participação expressiva de empresas estrangeiras em vários setores e com diferentes portes. Dados das últimas edições da Revista Exame com as “100 melhores e maiores empresas no Brasil” revelam que metade delas está sob controle internacional. Portanto, é preciso compreender o movimento da economia brasileira nos últimos anos, para entender a atual situação das remessas de lucros e dividendos ao exterior e os riscos que essa situação pode gerar no equilíbrio das contas externas do país.

O jogo está difícil para a indústria

Estamos aos trinta minutos do primeiro tempo e a atividade industrial está retraída...

O valor adicionado pela indústria no PIB recuou 0,8% no primeiro trimestre deste ano com relação ao último do ano passado (retração na indústria de transformação (-0,8%) e na de construção civil (-2,3%), crescimento na extrativa mineral (0,5%) e na de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,4%).

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (Pim/IBGE), evidenciam que a produção acumulada no período de janeiro a abril deste ano foi 1,2% menor do que a registrada no mesmo período do ano passado. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (Pimes/IBGE), o número de pessoal ocupado pela indústria nesse período teve queda de 2,0%.

O ritmo da atividade tem afetado expectativas que pretendem ser captadas por pesquisas de confiança. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei/CNI) ficou em 47,5 pontos em junho, uma queda de 0,5 ponto com relação ao mês anterior e de 7,3 pontos com relação a junho de 2013. O Icei apresenta falta de confiança do

empresário industrial durante todo o segundo trimestre.

Os indicadores de investimentos nesse início de ano retratam o ânimo dos empresários industriais e ajudam a explicar o ritmo da atividade. Os desembolsos do BNDES atingiram o valor de R\$ 58,9 bilhões até o mês de abril, uma alta de 8,2% com relação ao ano passado. Mas para a indústria de transformação o valor chegou a R\$ 14,9 bilhões, o que representa uma queda de 23,9% na mesma comparação. A produção (-4,8%) e a importação (-7,1%) de bens de capital registraram queda no primeiro quadrimestre deste ano.

Há tempo para mudança no resultado do jogo?...

Segundo o Relatório de Inflação trimestral do Banco Central, a projeção para a atividade industrial no ano é de retração de 0,4% (a projeção para a indústria de transformação é de queda de 1,9%). A queda no ritmo de atividade parece ter contribuído para uma primeira mudança tática: a interrupção da elevação da taxa de juros de referência (SELIC).

Outras medidas estão sendo anunciadas no sentido de tentar mudar os rumos do jogo:

(i) O Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), que financia aquisição de bens de capital, exportações e inovação, foi prorrogado até o próximo ano e deve ter sua taxa de juros diminuída, atualmente está entre 4% e 6% ao ano. O volume de recursos destinados é de R\$ 80 bilhões.

(ii) Foi retomada o Reintegra, incentivo fiscal para exportadores que concede créditos tributários cuja alíquota pode variar entre 0,1% a 3%, a ser definido anualmente, sobre o valor exportado de manufaturas. Para esse ano a alíquota é de 0,3%.

(iii) O Refis teve reduzida a parcela de entrada para pagamento de dívidas de até R\$ 1 milhão, passou de 10% para 5%.

(iv) Diante da queda nas vendas do setor de automóveis (-5,5% até o mês de maio), será prorrogado o desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que perderia validade neste mês. Houve novo acordo com a Argentina, importante mercado para o setor instalado no Brasil, a fim de incentivá-lo.

(v) A equipe econômica do governo anunciou que enviará para o Congresso Nacional um projeto que visa tornar permanente a desoneração da folha de pagamento dos setores até então beneficiados. As empresas beneficiadas passaram a recolher para o INSS 1% ou 2% do faturamento, ao invés de 20% sobre a folha de pagamento dos

empregados. Em contrapartida, comprometeram-se em não demitir trabalhadores, além de aumentar os investimentos, a produção e as exportações.

Enfim, tem jogo ainda pela frente e o resultado pode ser melhor do que o projetado pelo BC. Apesar da queda com relação ao último trimestre do ano passado, o valor adicionado pela indústria no produto agregado nesse primeiro trimestre registrou crescimento de 0,8% com relação ao mesmo período do ano passado. O conjunto de medidas anunciadas devem surtir algum efeito. Cabe evidenciar que é um ano atípico em função da Copa e também das eleições.

No mais, para finalizar com um pitaco sobre estratégias de jogo, caso houvesse espaço para expansão da inflação ou disposição em superar seu teto (um cálculo precisaria ser feito para estimar e avaliar o real impacto de tal medida), alguns setores de manufaturados - os mais representativos em nossa economia, como exemplo, o do vestuário - deveriam contar com alguma proteção contra os produtos importados. A elevação dos preços desses manufaturados a partir dessa medida, tenderia a estimular a oferta doméstica, incentivando novos investimentos, onde deveria ser pactuado a busca pelo progresso técnico e conseqüente aumento de produtividade. Dessa forma, não apenas o nível de emprego nesses setores poderia estabilizar, como haveria maior possibilidade de aumento nos rendimentos dos trabalhadores.

O desafio da superação do Subdesenvolvimento

Entendendo o desenvolvimento como um processo de mudanças na estrutura social capaz de fazer com que as potencialidades humanas - não apenas voltadas para a produção material, mas também na sua dimensão cultural -, possam ser expandidas em uma dada região, o que impede o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas?

A observação histórica evidencia que o desenvolvimento atingiu os países que mais rapidamente desenvolveram suas indústrias. A industrialização nestes países ocorreu por descobertas científicas, pelo progresso técnico aplicado à expansão da produção e a racionalidade da acumulação de riquezas. Diz-se que o primeiro estágio de industrialização nestes países se realizou com forte acumulação de capital e concentração de riquezas.

Em oposição a esta concentração de riquezas em posse dos proprietários,

emergiram nestas sociedades organizações da classe trabalhadora (associações, sindicatos) que lutaram pela igualdade de direitos, e contribuíram de forma determinante para o aprimoramento das instituições do Estado e pela redução das desigualdades. Essa dinâmica de conflito entre estas classes sociais foi, neste sentido, determinante para as reformas que permitiram o desenvolvimento em algumas regiões.

Outras regiões, no entanto, com industrialização tardia, não atingiram o mesmo grau de desenvolvimento. Isso ocorreu porque nestas sociedades o processo de industrialização ocorreu não pelo lado da oferta, com descobertas científicas próprias e progresso tecnológico, mas pelo lado da demanda, absorvendo tecnologias desenvolvidas no exterior, o que caracteriza uma situação de dependência. Esta situação aprofunda-se porque as tecnologias disponíveis nas regiões de industrialização tardia são obsoletas.

Assim, a industrialização nestas regiões não contribuiu com a mesma intensidade para o desenvolvimento destas sociedades. Não houve, nestas regiões, estímulos para o avanço de descobertas científicas e progresso tecnológico associados à expansão das potencialidades humanas (desenvolvimento), mas manteve-se o processo de acumulação de riqueza, na forma patrimonial. Ou seja, a renda concentrada nas mãos dos proprietários, em maior medida, não gerou poupança, nem investimentos para o progresso da indústria nestas regiões e o conseqüente desenvolvimento da sociedade, mas foi absorvida pelo consumo das elites locais, com hábitos e estilos de vida influenciados pelas elites de países desenvolvidos.

Como a renda concentrada pelas elites, gerada no processo produtivo da indústria que emergia, era deslocada para o exterior via consumo de produtos ou aquisição de equipamentos e na região via aquisição de terras e ampliação de influência social e poder político, não houve o desenvolvimento cultural necessário para que a classe trabalhadora alcançasse um grau de organização suficientemente forte para influenciar de forma determinante as instituições do Estado, a fim de diminuir as desigualdades.

Então, em regiões subdesenvolvidas coube ao Estado, de forma paternalista, instituir direitos aos trabalhadores, a fim de provocar mudanças na estrutura social e estabelecer perspectivas para o desenvolvimento. No entanto, nestas condições, a ampliação dos direitos dos trabalhadores não ocorreu ameaçando os privilégios da classe proprietária (elite). Ou seja, há um processo cujo princípio do governo é "limitar

a pobreza sem limitar a riqueza²".

Por não contar com poupança ou suficiente investimento privado dos capitalistas locais, os Estados destas regiões subdesenvolvidas endividaram-se com capitais externos para realizar investimentos de infraestrutura, a fim de promover a industrialização e a competitividade da indústria local. No entanto, por não haver esta sociedade se desenvolvido a fim de estabelecer descobertas científicas e desenvolver tecnologia própria, estes recursos acabaram concentrados em posse dos proprietários, retornando para o exterior. Neste ciclo, estas regiões subdesenvolvidas aprofundam sua dependência tecnológica, assim como política, devido ao endividamento externo do Estado. No plano interno, estas sociedades ficam marcadas pela forte concentração de renda.

Retomando a questão inicial do texto: como romper este ciclo de dependência e superar o subdesenvolvimento?

Pela observação histórica, parece ser possível afirmar que, em regiões subdesenvolvidas, a intervenção dos governos para reduzir as desigualdades e promover as mudanças na estrutura social com a perspectiva de promover o desenvolvimento, por mais que seja louvável, demonstra ter limites. Isto acontece porque o esforço do governo para alcançar a redução das desigualdades ocorre apenas dentro da classe trabalhadora ("limitar a pobreza sem limitar a riqueza"). Ou seja, o esforço é mais sentido na redução da desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini, do que pela distribuição funcional de rendas.

Para reduzir a desigualdade de renda e oportunidades é preciso desconcentrar a renda do trabalho a favor dos grupos marginalizados. Ou seja, são necessárias políticas de inclusão dos negros, das mulheres e outros grupos marginalizados no mercado de trabalho e sociedade, ampliando ou fazendo valer seus direitos, permitindo que ocupem empregos melhor remunerados. A ampliação de poder destes grupos, parece causar

² "Não deixaremos jamais de repetir: pensar, antes de tudo, na multidão de deserdados e sofredores, dar-lhes consolo, ar, luz, amor; alargar-lhes o mais possível o horizonte, prodigar-lhes educação sob todas as formas, oferecer-lhes o exemplo do trabalho, jamais o exemplo da ociosidade, diminuir o peso do fardo individual aumentando a noção da meta universal, *limitar a pobreza sem limitar a riqueza*, criar vastos campos de atividade pública e popular, como Briareu, cem mãos para estender, em todas as direções, aos fracos e abatidos, usar o poder coletivo no grande dever de abrir oficinas para todos os braços, escolas para todas as aptidões, laboratórios para todas as inteligências, aumentar o salário, diminuir a pena, contrabalançar o haver e o dever, isto é, proporcionar o usufruto ao esforço e a satisfação à necessidade, numa palavra, fazer de tal modo que o organismo social desenvolva mais luz e claridade em proveito dos infelizes e ignorantes; mais claridade e bem-estar - que as almas simpáticas não o esqueçam - é a primeira das obrigações fraternais; e que os corações egoístas aprendam que está aí a primeira das necessidades políticas." (Vitor Hugo, trecho de *Os miseráveis*)

rechaços, para não dizer movimentos extremistas contra estes grupos sociais, dentro da própria classe trabalhadora. Ou seja, parece que o atraso cultural destas sociedades tende a interromper o processo de redução de desigualdades, gerando movimentos de "restauração conservadora" que pode assumir caráter violento, inclusive.

O movimento de restauração conservadora pode surgir através de golpes e ditaduras militares ou por vias democráticas. No primeiro caso, tendem a ser patrocinados por regiões desenvolvidas que tem objetivos óbvios de manter o poder sobre estas regiões subdesenvolvidas. Mas de qualquer forma, este movimento sempre conta com o apoio do povo destas sociedades subdesenvolvidas que, diante da percepção de mudanças na estrutura social, tendem a manifestar-se de forma preconceituosa contra "comunistas", negros, mulheres, imigrantes e migrantes, homossexuais, entre outros grupos sociais que ampliam seus direitos legais e de fato num processo de redução de desigualdades. Não se ignora que estas mesmas manifestações ocorram também em regiões desenvolvidas.

Então, parece não bastar ao governo que orienta a região ao desenvolvimento guiar-se pelo princípio "limitar a pobreza sem limitar a riqueza" e também parece ser um esforço inútil que o Estado invista em infraestrutura, se o incremento de produtividade e renda resultante destes investimentos ficar concentrado no topo da pirâmide social, limitando o progresso e o desenvolvimento. Tampouco basta estabelecer políticas de redistribuição do excedente social para a base da pirâmide. Parece que todas estas políticas farão sentido para a superação do subdesenvolvimento e da situação de dependência de tal sociedade apenas se forem acompanhadas por uma "reforma cultural".

A reforma cultural necessariamente passa por intervenção do Estado nas regras e modelos de concessão dos meios de comunicação de massa, além dos investimentos no sistema de educação. São os meios de comunicação de massa que criam os hábitos culturais e o quadro cognitivo ("visão de mundo") das pessoas de uma sociedade. Caberia estabelecer regras, por exemplo, para que as concessionárias incluam em sua programação programas de interesse público que estejam alinhados com as estratégias de industrialização e desenvolvimento do país, além de democratizar as concessões para ampliar as possibilidades de escolha da população.

Então, superar a dependência e o subdesenvolvimento segue sendo um grande desafio para inúmeras regiões, inclusive o Brasil.

Inflação de lucro/custo

O controle da inflação parece voltar a ser o objetivo central na agenda da política econômica do governo. Comprometer-se com a ampliação do superávit primário e, ao mesmo tempo, continuar com a política de elevação da taxa básica de juros são as principais pautas no momento.

Ganha força no debate sobre as principais causas da inflação, o diagnóstico de que a expansão dos gastos em políticas diretas de distribuição de renda e o aquecimento do mercado de trabalho, com baixa taxa de desemprego e valorização real dos salários, aumentaram a demanda efetiva por bens e serviços. Portanto, para essa visão, trata-se de uma inflação de demanda.

O problema desse ponto de vista sobre a inflação é sua parcialidade e limitação. Consideramos que haja uma pressão forte da demanda efetiva, isso é ruim para o crescimento da economia? O aumento das oportunidades de emprego e da remuneração do trabalho, a eliminação da extrema pobreza e a inclusão social de milhões de famílias, a melhoria nas condições de manutenção e reprodução da vida da maioria das pessoas, tudo isso, não pode ser indesejável em uma economia, é contraditório. Pregar o retrocesso no desenvolvimento social como forma de controlar a inflação deveria ser coisa do passado.

Ainda se considerarmos o crescimento da demanda estritamente do ponto de vista econômico, parece ser sensato reconhecer que após a crise de 2008 o crescimento real da economia brasileira, ainda que baixo, ocorreu em grande medida em função do crescimento da demanda no mercado doméstico, ou seja, do consumo interno. Antes de ser vista como um problema, o crescimento da demanda passaria a ser analisada, assim, como o principal ativo da economia brasileira nos últimos anos.

Então o problema da inflação passa a ser analisado do ponto de vista do atrofimento da oferta no mercado doméstico. Essa insuficiência de oferta pode ser amenizada por medidas conjunturais, de curto prazo, mas sua causa real é estrutural e histórica e seu enfrentamento exige reformas profundas e, portanto, transpõe a dimensão econômica envolvendo a política.

O que limita o crescimento da oferta de bens de consumo é a queda da produtividade e a perda de competitividade da indústria de transformação brasileira que são consequências da falta de investimento. Quem investe são os empresários e não os trabalhadores. E os empresários investem pouco na produção no país não porque o

preço da força de trabalho está caro, como muitos insistem, mas porque (1) a maior parte da carga tributária incide sobre produção, circulação e, conseqüentemente, consumo de mercadorias; (2) a indústria de bens primários (fornecedora de matérias-primas) é constituída por monopólios e oligopólios que têm muito poder político, o que as permite cobrar altos preços por seus produtos no mercado doméstico, encarecendo a produção de transformados (inflação de lucro/custo); (3) o mesmo acontece no mercado financeiro, com bancos registrando lucros de dezenas de bilhões de reais, ano após ano, ao passo que as taxas de juros continuam crescendo, muitas vezes de forma descompassada com a taxa básica de referência; (4) existem gargalos na infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) que encarecem a comercialização.

Impostos sobre a atividade econômica e não sobre os resultados dela, encarecimento de matérias-primas, aumento no custo do dinheiro/crédito e no transporte de mercadorias, tudo isso impacta os preços finais, caracterizando inflação de lucro/custos. Pode-se continuar afirmando que o problema está no mercado de trabalho, formado por trabalhadores pouco qualificados que impõem obstáculos à inovação e são muito bem remunerados, além de criticar os poucos recursos das políticas sociais, ou seja, atribuir à demanda o problema da inflação. Ou pode-se reconhecer que passou o tempo do Brasil realizar reformas estruturais profundas, como a agrária, a tributária e a política. A inflação no Brasil parece ser de lucro/custo e não de demanda.

O modelo socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora²

O número de incidências de acidentes de trabalho cresce em Santa Catarina acima da média nacional. Segundo o indicador da Previdência Social, em 2012, houve no estado 22,3 acidentes de trabalho para cada 1.000 vínculos formais de trabalho. Para o Brasil, esse indicador é de 16,9 acidentes para o mesmo número de vínculos.

Quando comparado com outras unidades da federação, o indicador para Santa Catarina é o segundo maior. Apenas o estado de Alagoas registra mais incidências por 1.000 vínculos (23,6). Se utilizarmos outras formas de cálculo, considerando no denominador a população residente, ocupada ou assalariada, em todos os casos teremos Santa Catarina na ponta do ranking, como a unidade da federação em que há maior incidência de acidentes de trabalho.

Diversos fatores podem explicar essa vergonhosa realidade do nosso estado.

Estudos e pesquisas mais aprofundadas podem ser desenvolvidas para elucidar esses elementos. Nesse breve texto, no entanto, cabe uma consideração que pode servir para o debate. Parece que buscar a compreensão sobre as características do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina são fundamentais.

A indústria de transformação tem uma importante participação na nossa economia. Ao pesquisar quais as classes de atividade econômica em que há maior incidências de acidentes de trabalho no nosso estado, descobre-se que a indústria de transformação têm grande peso nessa estatística, com destaque para setores como: abate de suínos, aves e outros pequenos animais; fundição de ferro e aço; confecção de peças do vestuário; e fabricação de móveis.

Esses são setores muito importantes para a indústria e economia do nosso estado. Eles caracterizaram a própria emergência da indústria de transformação em Santa Catarina no início do século passado. Durante muitas décadas esses setores tiveram forte expansão, com grande crescimento de algumas empresas que passaram a ampliar suas vendas para mercados externos. A crescente oferta de força de trabalho decorrente da migração das famílias de áreas rurais, bem como os investimentos em infraestrutura (comunicação, energia e transportes), por parte do Estado, foram fundamentais nessa expansão da indústria, durante as primeiras décadas na segunda metade do século passado.

Atualmente, depois de passar por uma década, ou pouco mais, de reestruturação produtiva e patrimonial, esses setores se consolidaram em nossa economia com atuação de grandes empresas, líderes nos respectivos ramos de atuação em âmbito nacional ou até mesmo latino americano. Essa nova dinâmica impõe crescentes e permanentes desafios para a indústria, no sentido de melhorar a competitividade.

Diz-se que uma empresa é competitiva quando ela consegue ofertar seus produtos a preços iguais ou inferiores aos praticados por seus concorrentes. A competitividade é resultado de um conjunto de fatores internos e externos ao ambiente de produção nas fábricas que impactam a formação dos preços dos produtos. Internamente, a competitividade está relacionada, basicamente, a capacidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, na adoção de processos e fabricação de produtos inovadores e aos aperfeiçoamentos de gestão (tudo visando aumentar a produtividade). Externamente, importam fatores de infraestrutura (energia, transportes, comunicação), estrutura dos mercados, ambiente de negócios e variáveis de conjuntura como câmbio e juros, entre outros fatores.

Recorrentemente, a busca por competitividade no ambiente interno das empresas têm recaído sobre a exploração da força de trabalho que não está dissociada do(a) trabalhador(a). Corroboram essa afirmação o fato de que há de forma constante pressões por parte dos empregadores, nas negociações coletivas de trabalho, em arrochar salários e não negociar avanços em cláusulas sociais. O trabalhador sente, cotidianamente, além do prolongamento das jornadas de trabalho (crescimento do número de horas-extras), uma intensificação do ritmo de trabalho (metas).

Essa lógica de organizar a produção na fábrica demonstra para a sociedade a racionalidade empresarial em agir na tentativa de buscar maior competitividade. Ela é reafirmada pelas entidades da classe patronal que, legitimamente visando defender os interesses dos seus filiados e próprios, pressionam por todos os lados o Estado para que esse legisle a seu favor. Na agenda de reivindicações patronal estão propostas de lei para "modernizar" a legislação trabalhista vigente. Sabe-se que, no fundo, as propostas visam frear as ainda tímidas conquistas que os trabalhadores estão obtendo no mundo do trabalho. Por isso pressionam pela revisão da política de valorização do salário mínimo; pela radicalização da possibilidade de contratação terceirizada; pela não redução da jornada legal de trabalho, entre outras medidas que representam um regresso para o desenvolvimento social do país.

Nesse cenário é que cresce o adoecimento dos trabalhadores. Os trabalhadores têm, assim, diversos e grandes desafios a serem enfrentados. Não permitir retrocessos está na agenda imediata de luta dos trabalhadores. Acumular forças de forma organizada para fazer com que o poder da classe trabalhadora provoque transformações mais amplas no modelo socioeconômico de desenvolvimento, a fim de torná-lo mais justo na geração e distribuição das riquezas deve estar no horizonte.

(2) O título faz menção ao tema (eixo) colocado para debate na 4ª Conferência Nacional da Saúde dos Trabalhadores.

País Rico com Povo Pobre: o verdadeiro desequilíbrio

O Brasil é um país de dimensão continental habitado por 200 milhões de pessoas. Atualmente, possui a 7ª maior economia do mundo com um PIB de quase R\$ 5

trilhões. Possui recursos naturais abundantes. Diferencia-se das outras maiores economias por manter preservada grande extensão de seu território, com rica biodiversidade.

Além da riqueza econômica e da biodiversidade, o Brasil possui uma valiosa diversidade cultural. O povo brasileiro foi formado por diferentes matrizes étnicas, o que repercutiu nos costumes, tradições, artes, práticas religiosas, entre outras manifestações. O país é um belo mosaico que, apesar da grande diversidade cultural, não vive em conflito de ordem religiosa ou cultural que coloque em xeque a integração do território nacional.

Apesar da riqueza que tem origem na espiritualidade e diversidade de costumes, o povo brasileiro é materialmente pobre. A renda média da população é baixa. A participação dos salários na composição da renda agregada é de, aproximadamente, 50%. Os empregos gerados são, de maneira geral, de baixa produtividade. Há, ainda, um grande número de trabalhadores ocupados em vagas informais (50%) e mesmo nas vagas formais, não raro, os trabalhadores estão submetidos às condições precárias de trabalho.

Então, o Brasil é um país com enorme desigualdade social. Um dos países de maior economia, mas com um povo materialmente pobre. É também um país de grandes disparidades econômicas regionais. Essas disparidades entre as regiões precisam ser superadas a fim de que o país possa desenvolver-se plenamente.

A desigualdade entre as regiões e classes sociais no Brasil é resultado de um processo histórico que preservou a hegemonia do poder de elites locais na política regional e nacional. Este poder é reflexo da forma como foram organizados os sistemas produtivos (tipo de empreendimento e relações de trabalho) de cada época, em cada região. Dito de outra forma, faz parte da formação econômica do país.

No início do século atual houve mudanças importantes na orientação da política brasileira, com o aprofundamento de práticas democráticas. O avanço nesse sentido é resultado de um processo de mobilização, organização e luta dos trabalhadores. Apesar de, do ponto de vista da política econômica, serem mantidas as diretrizes que orientaram a mesma no final do século passado (câmbio valorizado, altas taxas de juros e compromisso em gerar excedentes para pagamento dos serviços da dívida), foi priorizado o emprego e tem havido um esforço na diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Atualmente, a economia brasileira está com a menor taxa de desemprego da

história, com importante crescimento nas vagas formais de emprego, e a desigualdade social, apesar de ser ainda enorme, tem diminuído. A participação dos salários no produto tem crescido e a desigualdade entre estes rendimentos (do trabalho), medida pelo Índice de Gini, está próxima da que tínhamos no início dos anos 1960, quando este indicador alcançou o melhor nível (menor desigualdade).

Apesar dos avanços recentes existem inúmeros desafios. A impossibilidade de ter avançado em reformas estruturais num estágio de desenvolvimento capitalista caracterizado pela radicalização da globalização e pelo poder do capital transnacional, fez com que nossa economia, neste início de século, continue numa situação de dependência, principalmente pela fragilidade da indústria nacional num ambiente mais competitivo. Esta dependência está relacionada a necessidade de constante crescimento das exportações (ou preços) de commodities e dos altos juros, como forma de manter o equilíbrio das contas externas no curto prazo.

Diante deste gargalo, o esforço da política econômica no sentido de gerar emprego e valorizar salários, dinamizando o mercado interno, tem impactado mais diretamente e positivamente o setor de comércio e serviços. Ou seja, as dificuldades das empresas não estão nas vendas, mas na produção. Parece que o impulso originado pelo crescimento da demanda (mais empregos e valorização dos salários), não serviu como estímulo aos industriais para investimentos em progresso técnico. Assim, esses criticam tais políticas "equivocadas" do governo.

Alguns setores industriais intensivos em mão de obra, que foram beneficiados com desoneração de folha de pagamentos para manterem empregos, passam a reclamar da queda da produtividade e encontram uma saída de curto prazo, ampliando a participação de produtos importados nos seus respectivos faturamentos, que crescem na medida em que amplia-se a demanda interna. Ou seja, diante da perda de competitividade, indústrias de bens de consumo estão metamorfoseando-se em atacadistas e mesmo varejistas.

Nessa dinâmica, com uma queda mais forte das exportações ou dos preços dos produtos exportados a conta corrente começaria a demonstrar maior desequilíbrio. Com isso, há maior resistência para que a taxa de juros permaneça em patamar elevado. A pronunciada elevação da taxa de juros nos EUA amplificam uma crise de expectativas e emperram os investimentos produtivos de longo prazo (indústria de bens de capital e de construção) no Brasil. As incertezas inerentes a um ano eleitoral também travam novos investimentos.

Nesta combinação de menor crescimento econômico e pressões sobre as receitas, o Estado perde a capacidade de realizar investimentos em infraestrutura, o que é fundamental para a continuidade do desenvolvimento econômico no Brasil, por ampliar a competitividade e produtividade da indústria. Assim, ampliam-se as concessões de obras de infraestrutura para o setor privado, que têm demonstrado ser, de um modo geral, bastante exigente, tanto no que diz respeito às taxas de retorno sobre os investimentos, quanto à flexibilização de exigências/contrapartidas impostas por parte do governo.

Mas o Brasil tem um potencial enorme de crescimento. No mercado interno a demanda é reprimida para certos bens e serviços, pois o consumo está orientado para produtos de menor valor agregado, diante da renda média baixa das famílias. Pelo lado da oferta, as descobertas recentes de campos de petróleo devem tornar o país um dos maiores produtores, com a Petrobras tornando-se uma das cinco maiores petroleiras do mundo. Estas descobertas “prometem” alavancar os investimentos e dar novo fôlego para o avanço da indústria brasileira, com ganhos de competitividade. Leis recentemente aprovadas pelo Congresso devem garantir o direcionamento de parte dos ganhos com a exploração do petróleo para a saúde e a educação, ampliando os investimentos e renda gerada com estes serviços, além de melhorar o atendimento à população.

O momento de baixo desemprego e valorização dos salários testa a organização dos trabalhadores para avançar nas conquistas econômicas e sociais. Neste momento existem pressões enormes de grupos sociais para flexibilizar direitos, precarizar o emprego da força de trabalho e reduzir o ritmo de valorização dos salários. Os discursos sobre a necessidade de "ajustes" na política econômica sinalizam para um desaquecimento forçado do mercado de trabalho. São propostas contra o desenvolvimento social, discursos alinhados à interesses de grupos que sempre concentraram em sua posse o excedente social gerado em nossa economia, sem maiores benefícios para a sociedade brasileira.

Em política econômica, não há nada mais importante do que melhorar a vida do povo

Os avanços na economia brasileira na última década (pelo menos), são inegáveis.

São medidas incrementais, obtidas sem um processo de ruptura, mas muito importantes. Os ganhos reais do salário mínimo, por exemplo, que atualmente são implementados através de política automática de correção (indexada à expansão do PIB), foram decisivos para a melhoria do perfil de distribuição da renda. Uma das chaves do fortalecimento do mercado consumidor interno foi o acesso ao crédito às pessoas físicas e jurídicas. Não existe consumo de bens duráveis ou investimento produtivo, no sistema econômico, sem aportes de crédito. E as políticas públicas aumentaram bastante o acesso ao crédito nos últimos anos, destaque para o crédito consignado. Nesta seara, tem sido fundamental o BNDES, para a expansão do crédito, especialmente a partir da crise internacional de 2008, a maior dos últimos 80 anos. Os desembolsos do Banco em 2013 chegaram a R\$ 190,4 bilhões, valor impressionante, emprestados à TJLP de 5% ao ano, enquanto a SELIC está atualmente em 11,25% a.a.

A política de conteúdo local para as compras da Petrobras - combatida pelos que não vêem problemas numa economia que se internacionalizou muito nos últimos anos - foi um passo importante na impulsão da indústria brasileira (que atravessa dificuldades não triviais). Por conta dessa política os empregos na indústria naval saltaram de 8 mil em 2003 para 80 mil neste ano. A medida aponta para inovação tecnológica, qualificação de mão de obra e a formação de encadeamentos produtivos muito importantes. Ela tem ainda maior significado neste momento em que o governo faz aposta pesada na maior escolaridade e profissionalização técnica da juventude brasileira, via Pronatec (ver artigo do economista Daniel dos Passos sobre o assunto: Aposta para um 2015 melhor). O regime de partilha para a exploração de petróleo, aprovado em 2010, que instituiu um novo marco regulatório, também é essencial para o desenvolvimento da inovação tecnológica e para a colocação da renda do petróleo a serviço dos interesses nacionais. Não por acaso, as grandes multinacionais do petróleo, de olho no mar de riquezas localizado na camada do pré sal, são críticas implacáveis desse marco regulatório.

Talvez, no entanto, de todas as conquistas da sociedade brasileira, nenhuma seja tão robusta quanto a redução da pobreza extrema em 75%, definida esta como o número de pessoas com renda inferior a US\$ 1 ao dia, entre 2001 e 2012. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), desde 1990 o percentual dos brasileiros que passam fome caiu de 14,8% para 1,7% da população, equivalente a 3,4 milhões de pessoas, fato que retirou o Brasil do Mapa da Fome da ONU. Em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação, o Brasil assumiu o

compromisso de reduzir à metade o número absoluto de pessoas subalimentadas. O país cumpriu o objetivo antes do prazo, previsto para 2015, passando a integrar o seleto grupo de 25 países que conseguiram atingi-lo. Por conta da façanha, o governo brasileiro recebeu no dia 30/11, em Roma, um prêmio da ONU(FAO). Perto desse acontecimento, certas discussões técnicas que só interessam aos economistas, são “fichinha”. Não há nada mais importante na política econômica de um país do que melhorar a vida do povo.

Alguns fatos sobre o superávit primário

Foi aprovado recentemente no Congresso Nacional o texto-base do projeto que reduz a meta de superávit primário do país, que é a economia para pagar os juros da dívida pública. O objetivo do governo com o projeto foi liberar recursos para obras de infraestrutura e estimular o crescimento econômico, que vem patinando no Brasil. A oposição ao Governo Federal fez muito estardalhaço, tentando impedir a aprovação do texto, alegando que o governo gastou de forma desmedida e infringiu as regras previstas na lei de responsabilidade fiscal. A reação era esperada até certo ponto, dada a atual conjuntura política do país, na qual posições estão muito polarizadas, como em poucas ocasiões. Sobre o projeto, em si, no entanto, cabem algumas observações.

É curioso que boa parte dos analistas mencionem o superávit primário como política intocável, correta por definição, e cujos fundamentos não possam ser questionados. O fato concreto é que poucos países no mundo têm superávit primário no nível do Brasil e, além do mais, ao contrário do que se divulga normalmente, o superávit primário brasileiro se encontra entre os mais elevados. Na comparação com os principais países da América Latina e aos que formam o G20, o superávit obtido pelo Brasil está entre os cinco mais elevados, desde 2010, conforme levantamento feito pelo economista Daniel Keller de Almeida, sócio da Creta/Nobel Planejamento, divulgado na Carta Capital. Segundo o citado economista, o superávit primário brasileiro é o quinto entre a amostra em 2010; em 2011, só é inferior ao da Arábia Saudita; em 2012 é o quinto maior e em 2013, foi o terceiro mais elevado. O Brasil é o único país, além da Arábia Saudita, que mantém, durante toda a série, um superávit primário positivo e superior a 1% do PIB.

O superávit primário é política que interessa basicamente ao setor financeiro e aos credores em geral da dívida pública brasileira. Em função da influência que os rentistas

têm na sociedade, este debate desperta tanto o interesse dos segmentos especializados e dos chamados formadores de opinião. Anualmente o Brasil realiza enormes transferências de recursos para os credores da dívida e o superávit primário é uma das garantias disso ocorrer. Atualmente, a chamada Dívida Líquida do Setor Público, equivalente a pouco mais de um terço do PIB, transfere na forma de juros o equivalente a 5,5% do PIB para os credores da dívida, algo próximo a 250 bilhões, todo ano. É uma verdadeira fortuna, que equivale a 10 vezes o orçamento do Programa Bolsa Família para este ano, (Programa que retira 55 milhões de brasileiros da fome), obtidos sem produzir um parafuso e sem colocar o pé na fábrica. Mesmo Ainda assim, alguns acham que não se pode questionar e debater a política de realização de superávit primário no Brasil.

O Brasil vem crescendo pouco, dentre outras razões, porque somos “campeões mundiais” em taxa de juros, quando uma boa parte dos países do mundo vêm praticando taxa de juros reais negativas ou muito baixas. A combinação de superávit primário elevado com as maiores taxas de juros do planeta é um desastre do ponto de vista do crescimento. Neste momento de baixo crescimento da economia mundial, a política de superávit primário é uma espécie de rendição ao capital financeiro. Não por acaso, existe hoje um grande questionamento sobre os parâmetros econômicos dominantes internacionalmente. Essa discussão ocorre dentro do próprio FMI, do Banco de Compensações Internacionais, e de centros acadêmicos de primeira linha no mundo.

Critica-se bastante a redução do superávit nos últimos anos e a redução da meta para este ano, sem levar-se em conta que, em boa parte, o fenômeno decorreu das desonerações tributárias (inclusive da Previdência Social), estratégia para enfrentar o violento processo de desaceleração da economia mundial, que, no caso da Europa, vai pelo sexto ano seguido. Ademais, a diminuição do superávit primário, é efeito direto do baixo crescimento da economia brasileira sobre a arrecadação de impostos. Numa conjuntura em que o investimento privado caiu e o país apresenta déficits na balança comercial, nada mais adequado que aumentar o investimento público. O aumento deste ao mesmo tempo em que atua sobre os gargalos estruturais da infraestrutura brasileira, é instrumento importante de alavancagem do crescimento da economia.

A sociedade costuma discutir tudo. Carga tributária excessiva, destinação dos gastos públicos, superávit insuficiente, corrupção, salário de funcionalismo, etc. Mas

praticamente não se fala que o *rentismo* se apropria de mais de 5% do PIB todo ano no Brasil (e já foi muito mais). Diferentemente do que ocorre com os gastos com funcionalismo e com os programas de transferências sociais, as despesas com a dívida pública não sofrem o controle sistemático da sociedade ou de órgãos públicos fiscalizadores. É como se tivesse escrito nas estrelas que o país tem que transferir, todo ano, R\$ 250 bilhões para alguns milhares de super ricos.

Apesar dos gastos com juros, o déficit público brasileiro é baixo na comparação internacional, tendo caído, na última década, de 5% para 3% do PIB. A dívida pública líquida, que era quase de 60% do PIB em 2002, reduziu-se para os atuais 36% do PIB. A dívida bruta, diminuiu de 80% para 62% do PIB na última década. Esta é uma situação bem mais confortável do que praticamente todos os países desenvolvidos do mundo. Mas o fato é que quando o Banco Central aumenta a taxa de juros (como ocorreu recentemente, quando os juros foram elevados a 11,75%) está decidindo transferir os escassos recursos fiscais do país para os rentistas.



Rua Aurora, 957, 1º andar - Centro
 CEP 01209-001 São Paulo, SP
 Telefone (11) 3821-2199 / fax (11) 3874-5366
 E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa
STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório
SIND Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva
STI de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos
STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros
STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Roberto Blota
STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira
STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes
SEE Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do

Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Comunicação: Geni Marques

Elaboração

Adhemar Mineiro
 Daniel dos Passos
 Mairon Edegar Brandes
 José Álvaro de Lima Cardoso

Formatação

Cristiane Gonçalves

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 Escritório Regional de Santa Catarina
 CNPJ: 60.964.996/0015-82
 Av. Mauro Ramos, nº 1624 – Centro
 Florianópolis – Santa Catarina – CEP: 88020-304
 Fone/Fax: (48) 3228-1621
 E-mail: ersc@dieese.org.br